



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, dezembro/2000

**MINISTRO DA FAZENDA**

Pedro Sampaio Malan

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Amaury Guilherme Bier

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Fabio de Oliveira Barbosa

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

**COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(061) 412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (061) 412-2203

Fax: (061) 412-1700

**Correio Eletrônico:** [stn@fazenda.gov.br](mailto:stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.stn.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar  
70.048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN**

**Referência bibliográfica**

**BRASIL.** Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**, Brasília, vol. 6 – nº 12, dezembro de 2000. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, dezembro, 2000, vol. 6, nº 12.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional

ISSN

1.Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna  
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

No ano 2000, as contas do Governo Central apresentaram superávit primário da ordem de R\$ 21,2 bilhões, equivalente a 1,98% do PIB estimado para o exercício, resultado próximo daquele alcançado no ano anterior, de 2,11% do PIB. Em termos desagregados, o superávit obtido pelo Tesouro Nacional (R\$ 31,7 bilhões) foi suficiente para compensar o déficit de R\$ 10,1 bilhões do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), e contribuir para o atingimento das metas de desempenho fiscal estabelecidas para o Setor Público consolidado no ano.

*Em 2000, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 21,2 bilhões, cerca de 2,0% do PIB.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, 1999-2000**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Nov 2000	Dez 2000	Jan-Dez 1999	Jan-Dez 2000
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>20.148,6</b>	<b>25.618,8</b>	<b>210.904,1</b>	<b>236.516,8</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>15.631,3</b>	<b>17.948,6</b>	<b>161.838,8</b>	<b>180.801,7</b>
I.1.1 Receita Bruta	16.069,0	18.479,9	167.297,4	188.501,2
I.1.2. (-) Restituições	(367,9)	(459,6)	(4.708,5)	(6.704,4)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(69,7)	(71,7)	(750,1)	(995,1)
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>4.517,3</b>	<b>7.670,2</b>	<b>49.065,3</b>	<b>55.715,1</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>3.724,6</b>	<b>3.619,0</b>	<b>34.901,8</b>	<b>40.283,1</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>16.424,0</b>	<b>21.999,8</b>	<b>176.002,3</b>	<b>196.233,7</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>15.057,4</b>	<b>23.852,5</b>	<b>155.002,1</b>	<b>174.603,1</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>4.441,2</b>	<b>6.725,7</b>	<b>49.220,1</b>	<b>55.629,8</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>5.885,5</b>	<b>9.715,0</b>	<b>58.540,0</b>	<b>65.787,1</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.730,7</b>	<b>7.411,9</b>	<b>47.242,0</b>	<b>53.186,2</b>
IV.3.1. Despesas do FAT	344,9	430,9	5.559,4	5.491,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	195,0	380,2	2.585,9	3.638,3
IV.3.3. Outras Despesas	4.190,8	6.600,8	39.096,8	44.056,8
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>1.366,6</b>	<b>(1.852,7)</b>	<b>21.000,2</b>	<b>21.630,6</b>
V.1. Tesouro Nacional	2.734,8	192,1	30.474,9	31.702,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(1.368,2)	(2.044,8)	(9.474,7)	(10.071,9)
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>(26,1)</b>	<b>(106,8)</b>	<b>(743,3)</b>	<b>(477,4)</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>1.340,5</b>	<b>(1.959,5)</b>	<b>20.256,9</b>	<b>21.153,3</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,11%</b>	<b>1,98%</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES	
Acumulado: Dez2000/Dez1999	
<b>Receitas</b>	<b>12,1%</b>
Tesouro	11,7%
Previdência	13,6%
<b>Transferências</b>	<b>15,4%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>11,5%</b>
<b>Despesas</b>	<b>12,6%</b>
Benefícios	12,4%
Pessoal	13,0%
Custeio e Capital	12,6%

As contas do governo central em 2000 mostram que os principais itens de receita e despesa mantiveram-se no patamar de 1999, em termos percentuais do PIB. Importante observar, no entanto, mudanças importantes na composição desses itens, como as que dizem respeito às receitas do Tesouro e às contas da Previdência Social.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL		
Acumulado Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receita Total	21,9%	22,1%
Transferências	3,6%	3,8%
<b>Receita Líquida</b>	<b>18,3%</b>	<b>18,3%</b>
Despesa Total	16,1%	16,3%
<b>Resultado Primário</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,0%</b>

Com relação às receitas do Tesouro, houve menor participação daquelas extraordinárias na composição do resultado fiscal, que passaram de 2,2% do PIB, em 1999, para 1,0% do PIB, em 2000. Em contrapartida, observa-se acréscimo de 1,0 ponto percentual do PIB no recolhimento das contribuições sociais devido, em grande medida, às alterações das alíquotas da Cofins e da CPMF.

Com respeito à Previdência Social (RGPS), houve, em proporção do PIB, uma menor necessidade de cobertura do déficit pelo Tesouro Nacional no ano. Essa redução pode ser explicada, por um lado, pelos recolhimentos extraordinários decorrentes do esforço de recuperação de créditos, que somaram R\$ 1,7 bilhão, contra R\$ 1,0 bilhão no ano passado. Adicionalmente, o menor crescimento da taxa de concessão dos benefícios contribuiu para o reduzir a taxa de incremento dessa despesa, em relação ao ano anterior.

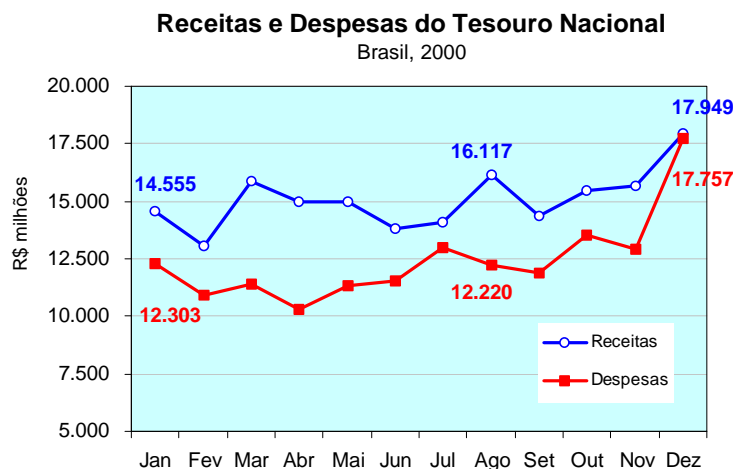
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Acumulado Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Tesouro Nacional	3,2%	3,0%
Previdência Social	-1,0%	-0,9%
Banco Central	-0,1%	0,0%
<b>Governo Central</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,0%</b>

## Tesouro Nacional

O Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 31,7 bilhões no exercício de 2000, cerca de R\$ 1,2 bilhão superior àquele obtido em 1999. Esse resultado representa cerca de 3,0% do PIB, próximo ao verificado no ano passado, com relativa manutenção dos itens agregados de receita e despesa. Em termos de composição desses itens, verifica-se aumento da participação das contribuições sociais no total da receita, de cerca de 1,0 ponto percentual do PIB. Do lado das despesas, o principal incremento refere-se ao subsídio implícito na securitização da dívida do setor agrícola, que cresceu cerca de R\$ 814,4 milhões no período (0,07 ponto percentual do PIB), em contrapartida a um menor dispêndio do FAT com abono e seguro-desemprego.

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receitas do Tesouro (*)	16,84%	16,90%
Transferências	3,63%	3,76%
Despesas do Tesouro	10,04%	10,17%
<b>Resultado Primário</b>	<b>3,17%</b>	<b>2,96%</b>

(\*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais



Em dezembro, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu R\$ 17,9 bilhões, apresentando crescimento de 14,8% ou cerca de R\$ 2,3 bilhões em relação ao mês anterior. Esse crescimento está relacionado, principalmente, a efeitos sazonais de fim de ano, quando concentra-se, por exemplo, a tributação e o recolhimento de tributos incidentes sobre o 13<sup>o</sup> salário. Por conta disso, o IRRF-Rendimentos do Trabalho cresceu 62,3%, e a contribuição para a seguridade do servidor público 54,2%, incrementando a receita em R\$ 1,2 bilhão, conjuntamente.

A esse acréscimo, soma-se a arrecadação extraordinária no valor de R\$ 531,0 milhões, devido a pagamentos em atraso e liquidação de processos de parcelamento do IRPJ (R\$ 336,0 milhões) e da CSLL (R\$ 195,0 milhões), os quais cresceram 36,3% e 35,7%, respectivamente.

Por outro lado, registra-se redução na arrecadação da CPMF (10,7%) e do IOF (6,7%), relacionada à ocorrência de cinco semanas de fato gerador em novembro, contra quatro semanas de dezembro. Também houve redução na Cofins (6,3%) devido ao pagamento de dívida ativa para a União no mês anterior (R\$ 411,0 milhões), sem correspondência em dezembro.

Com relação às outras receitas, chama atenção o recolhimento sazonalmente maior, nos meses de dezembro, daquelas receitas afetadas pela atividade econômica. No mês em análise, pode-se destacar o crescimento das receitas parafiscais e taxas diversas vinculadas a órgãos da administração direta e indireta, no montante de R\$ 460,6 milhões, o que contribuiu para crescimento de 45,6% no total do item "demais receitas" do Tesouro Nacional.

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu R\$ 188,5 bilhões, apresentando incremento de 12,7% em relação ao montante obtido em 1999. As restituições e incentivos fiscais totalizaram R\$ 7,7 bilhões (41,1% acima do que foi registrado no ano anterior), o que resultou em uma receita líquida, antes de transferências a estados e municípios, de R\$ 180,8 bilhões para 2000, 11,7% superior à receita líquida de 1999.

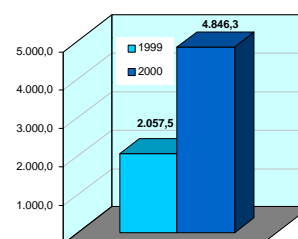
Como proporção do PIB, a receita bruta de 2000 atingiu 17,6%, permanecendo praticamente constante quando comparada ao ano anterior, apesar do volume de arrecadações extraordinárias daquele ano ter suplantado em 1,2 ponto percentual as receitas extraordinárias de 2000. Nos itens "impostos" e "demais receitas", houve redução de 0,30 e 0,49 ponto percentual do PIB, respectivamente, ligeiramente compensada pela elevação nas contribuições sociais, equivalente a 0,99 ponto percentual.

### **Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*Em dezembro, houve arrecadação extra de R\$ 531,0 milhões devido a pagamentos em atraso do IRPJ e da CSLL.*

### **Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior**

**Recolhimento de Depósitos Judiciais**  
(Acumulado no ano em R\$ milhões)



RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
<b>Impostos</b>	<b>8,4%</b>	<b>8,1%</b>
Imposto de Renda	5,4%	5,3%
IPI	1,7%	1,8%
Outros	1,4%	1,1%
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>6,6%</b>	<b>7,6%</b>
Cofins	3,3%	3,7%
CPMF	0,8%	1,4%
CSLL	0,8%	0,9%
Outras	1,7%	1,7%
<b>Demais</b>	<b>2,3%</b>	<b>1,9%</b>
Conta Petróleo	0,2%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,1%
Concessões	1,0%	0,5%
Outras	1,0%	1,2%
<b>Total Bruto</b>	<b>17,4%</b>	<b>17,6%</b>

A redução nos impostos, como proporção do PIB, pode ser explicada preponderantemente pelos seguintes fatores: i) redução da alíquota de 9% para 6% do Imposto de Importação sobre petróleo, a partir de janeiro de 2000; ii) redução do rendimento das aplicações financeiras em consequência da queda nas taxas de juros, e recolhimento de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões, em 1999, contra cerca de R\$ 474,0 milhões, em 2000, relativamente às operações de *swap*, por conta da alteração da legislação e do efeito atípico da desvalorização cambial; iii) incidência do IOF sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos à alíquota de 0,38% e aumento de alíquota nas operações de crédito em 0,38 ponto percentual, em vigor de 24/01/1999 a 16/06/1999, sem correspondência no ano 2000; e iv) redução da alíquota do IOF de 6,0% para 1,5% nas operações de créditos das pessoas físicas a partir da segunda quinzena de outubro de 1999. Por outro lado, vale destacar o aumento na arrecadação do IPI, particularmente sobre automóveis, devido à elevação do nível de vendas, e ao disposto na Lei nº 9.826/99, a qual permitiu, a partir de agosto de 1999, a saída de insumos destinados à montagem de veículos com suspensão do IPI, ficando o recolhimento a cargo das montadoras. A receita com o IPI-Automóveis aumentou R\$ 1,4 bilhão no ano, o que contribuiu para atenuar a redução no volume de impostos arrecadados em proporção do PIB.

No caso das contribuições sociais, o aumento de arrecadação pode ser explicado principalmente pelos seguintes fatores: i) reintrodução da cobrança da CPMF com alíquota de 0,38% a partir de 17/06/99 até 30/06/2000, e cassação das liminares, conforme MP nº 2.037/00 e IN nº 089/00; e ii) elevação da alíquota da Cofins de 2,0% para 3,0%, com obrigatoriedade do pagamento pelas instituições financeiras, a partir de março de 1999.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Acumulado Jan-Dez		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
<b>Demais</b>	<b>22.562,5</b>	<b>19.870,2</b>
Conta Petróleo	2.185,5	-
Dividendos da União	1.791,6	1.572,2
Concessões	9.151,2	5.227,0
Outras	9.434,2	13.070,9

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram redução nominal de R\$ 2,7 bilhões comparativamente ao ano de 1999. Esse comportamento pode ser explicado, em grande parte, pelos seguintes fatores: i) ausência de superávites acumulados da conta petróleo em 2000, ao passo que em 1999 a arrecadação totalizou R\$ 2,2 bilhões; e ii) menor arrecadação registrada nas receitas de concessões de serviços públicos: em 2000 foram obtidos R\$ 5,2 bilhões, contra 9,2 bilhões em 1999.

Em contrapartida, as outras receitas do Tesouro cresceram R\$ 3,6 bilhões quando comparadas ao ano de 1999, sendo que as rubricas que mais se destacaram foram: i) *royalties* pagos pela Petrobras, com arrecadação de R\$ 2,3 bilhões, em 2000, contra R\$ 805,0 milhões, em 1999; ii) *royalties* de Itaipu, R\$ 324,3 milhões sem correspondência em 1999; iii) recolhimento das receitas decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), com valor estimado de R\$ 793,6 milhões para a União, também

*Em 2000, foram  
receptionados 120 mil  
termos de opção pelo  
REFIS.*

sem correspondência em 1999; e iv) crescimento das receitas parafiscais e taxas diversas vinculadas a órgãos da administração direta e indireta, totalizando R\$ 6,0 bilhões no ano, contra R\$ 5,2 bilhões no ano anterior.

<b>RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS</b>		
<b>Acumulado Jan-Dez</b>		
	R\$ milhões	
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Depósitos Judiciais /1	2.058	4.846
Conta Petróleo	2.186	0
Desistência de Ações Judiciais /2	4.682	531
Tributação s/ Operações de Hedge /2	2.275	474
Efeito da Desvalorização Cambial /3	400	0
Concessões	9.151	5.227
<b>TOTAL</b>	<b>20.751</b>	<b>11.078</b>
<b>% PIB</b>	<b>2,2%</b>	<b>1,0%</b>

1/ Apropriação no âmbito da Lei 9.703/98  
2/ Em conformidade com a Lei 9.779/99  
3/ Concentrado na arrecadação do IRPJ e CSLL

*Os depósitos judiciais de 2000 foram R\$ 2,8 bilhões superiores aos do ano anterior. Apesar disso, as receitas extraordinárias de 1999 foram 1,2 ponto percentual do PIB maiores do que as de 2000.*

As transferências a estados e municípios atingiram 3,8% do PIB no ano, situando-se 0,13 ponto percentual acima do registrado em 1999. Em termos nominais, houve aumento de 15,4%, que correspondeu a um acréscimo de R\$ 5,4 bilhões no montante transferido pela União àqueles entes da federação.

Em termos desagregados, as transferências constitucionais permaneceram praticamente constantes em proporção do PIB (2,9%), ainda que tenha crescido R\$ 3,7 bilhões, decorrente do comportamento das receitas partilhadas no ano. As transferências relacionadas à Lei Complementar nº 87/96 caíram 0,1 ponto percentual em relação ao ano anterior, o que corresponde à redução de R\$ 587,9 milhões, em valores nominais. Nesse caso, recorda-se que em 1999 houve repasses adicionais a estados e municípios autorizados pela Portaria Interministerial nº 340/98, além de transferências extraordinárias em função da alteração na metodologia de cálculo dos valores de entrega.

As demais transferências apresentaram aumento de 0,18 ponto percentual do PIB, quando comparadas ao ano de 1999. Em valores nominais, houve acréscimo de R\$ 2,2 bilhões, sendo, em sua maior parte, devido aos *royalties* pagos pela Petrobras (Lei nº 9.478/97), superior em R\$ 1,2 bilhão ao ano anterior. O aumento de R\$ 469,7 milhões verificado na contribuição ao salário-educação segue em parte o comportamento da massa salarial, mas, além disso, decorre do recolhimento dos recursos referentes ao décimo-terceiro salário de 1999, ocorrido apenas em janeiro de 2000, ao contrário dos anos anteriores, quando foi efetuado no mês de dezembro.

### **Transferências a estados e municípios**

<b>TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>		
<b>Acumulado Jan-Dez (% PIB)</b>		
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Constitucionais	2,85%	2,91%
Desoneração do ICMS	0,46%	0,36%
Demais	0,32%	0,50%
<b>Total</b>	<b>3,63%</b>	<b>3,76%</b>

**DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E  
MUNICÍPIOS  
Acumulado Jan-Dez**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Salário-Educação	1.255,1	1.724,8
Royalties Lei 9478	726,4	1.896,6
Fundef	675,1	505,6
Outras	438,4	1.188,4
<b>Total</b>	<b>3.094,8</b>	<b>5.315,4</b>

As outras transferências a estados e municípios atingiram R\$ 1,2 bilhão em 2000, contra R\$ 438,4 milhões em 1999. Tal crescimento reflete o aumento da participação de estados e municípios na quota-parte de compensações financeiras, a exemplo do que ocorreu com os *royalties* da Petrobras. Adicionalmente, reflete a emissão de R\$ 382,9 milhões em CFT para os estados e o DF, no mês de julho. Vale lembrar, tais títulos foram utilizados para pagamento de dívidas com a União decorrentes da reestruturação da dívida externa (BIB, BEA e Clube de Paris), dos refinanciamentos sob o amparo das Leis nº 7.976/89, 8.727/93 e 9.496/97 e MP nº 1.983-48/99.

### **Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior**

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 14,1 bilhões em dezembro, contra R\$ 10,1 bilhões incorridas no mês de novembro. A despesa com pessoal e encargos passou de R\$ 4,4 bilhões em novembro, para R\$ 6,7 bilhões nesse mês, devido ao pagamento do 13º salário aos servidores e aos gastos sazonais com férias.

*O crescimento das  
despesas do Tesouro  
Nacional no mês é  
explicado, em parte, pelos  
gastos sazonais com férias  
e 13º salário dos  
servidores.*

As demais despesas de custeio e capital apresentaram incremento de R\$ 2,4 bilhões em relação ao mês anterior. Tal comportamento é atribuído, principalmente, à ampliação dos limites para movimentação e empenho das dotações orçamentárias de custeio e investimento dos órgãos do Poder Executivo, estabelecidos no Decreto nº 3.473, de 18/05/2000. A expansão verificada nos gastos com custeio concentrou-se no Ministério da Saúde, onde foram alocados recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão para custeio das ações em serviços básicos de saúde. Cabe destacar que o aumento nas liberações financeiras para a Saúde ocorreu em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, que definiu valores mínimos para aplicação de recursos em saúde pública.

As despesas com abono e seguro desemprego efetuadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) passaram de R\$ 263,9 milhões no mês anterior, para R\$ 372,0 milhões este mês. Além disso, houve a liberação da quinta parcela referente ao pagamento do abono do PIS, no valor de R\$ 71,0 milhões.

Relativamente aos gastos com subsídios e subvenções econômicas, houve incremento de R\$ 185,1 milhões em relação a novembro. Tal variação pode ser explicada, basicamente, pelo acréscimo nos gastos com equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento das Exportações (Proex), explicado pelo acréscimo sazonal da demanda pelos financiamentos com base nesse programa.



No ano, as despesas do Tesouro Nacional situaram-se em 10,2% do PIB, mantendo-se praticamente no mesmo patamar de 1999. Da mesma forma, não houve mudança significativa nos principais itens de despesa. A despesa com pessoal e encargos passou de 5,1% do PIB no ano anterior para 5,2% do PIB em 2000, enquanto que as demais despesas cresceram de 4,9% do PIB, em 1999, para 5,0% do PIB, em 2000.

O acréscimo nominal na despesa com pessoal e encargos sociais de R\$ 6,4 bilhões refletiu, principalmente, o realinhamento salarial e a reestruturação de carreiras estratégicas do funcionalismo, ocorridos ao longo de 2000. Outros fatores que afetaram a folha salarial foram: i) pagamento, em janeiro de 2000, da folha integral de dezembro de 1999, ao passo que em janeiro de 1999 foi pago 70,0% da folha correspondente ao mês anterior; e ii) pagamento, nos meses de janeiro e junho de 2000, da segunda e terceira parcelas relativas à extensão da vantagem de 28,86% aos servidores públicos civis do Poder Executivo, enquanto que em 1999 foi paga apenas a primeira parcela, com impacto no caixa do Tesouro Nacional no mês de julho daquele ano.

Com relação às demais despesas de custeio e capital, o crescimento é explicado, em boa medida, pela liberação de recursos decorrentes de créditos extraordinários e pelo crescimento das despesas com custeio e investimento do Ministério da Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/00, a qual definiu valores mínimos para aplicação desses recursos. No exercício de 2000, as despesas com custeio e investimento efetuadas na área da Saúde passaram de R\$ 14,1 bilhões, em 1999, para R\$ 17,2 bilhões no ano em análise.

O comportamento da arrecadação permitiu a realização dos gastos do Orçamento da União de 2000 para atendimento de custeio e investimentos em programas prioritários na área social (saneamento básico, reforma agrária, distribuição de alimentos etc), sem prejuízo do cumprimento da meta fiscal.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas apresentaram acréscimo de R\$ 1,0 bilhão em relação a 1999, em sua maior parte referente à despesa com a securitização das dívidas agrícolas. No ano anterior, as despesas líquidas com subsídios aos agricultores totalizaram R\$ 311,0 milhões, contra R\$ 1,1 bilhão esse ano, que decorreu da concentração de vencimento dos títulos emitidos para a securitização em referência.

Em dezembro, a Previdência Social apresentou déficit primário de R\$ 2,0 bilhões, 49,5% superior ao verificado no mês anterior. A arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 7,7 bilhões, representando um acréscimo de

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>5,12%</b>	<b>5,20%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,92%</b>	<b>4,97%</b>
Despesas do FAT	0,58%	0,51%
Subsídios e Subvenções	0,27%	0,34%
Outras	4,07%	4,12%

*As despesas do Tesouro atingiram 10,2% do PIB, praticamente no mesmo patamar de 1999.*

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Acumulado Jan-Dez		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
<b>Agricultura</b>	<b>1.052,7</b>	<b>2.062,7</b>
Custeio Agropecuário	158,5	123,3
Investimento Rural	13,7	12,9
Preços Agrícolas	281,8	465,3
- EGF	9,8	3,2
- AGF	193,3	379,1
- Sustentação de preços	78,7	83,0
Pronaf	287,7	324,5
PESA	-	11,3
Securitização (Lei 9138)	311,0	1.125,4
<b>Exportação</b>	<b>816,5</b>	<b>856,0</b>
Proex	816,5	856,0
<b>Total</b>	<b>1.869,2</b>	<b>2.918,7</b>

## Previdência Social

69,8% em relação a novembro. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram 65,1%, atingindo o montante de R\$ 9,7 bilhões, devido ao pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas.

*Em 2000, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 10,1 bilhões, contra R\$ 9,5 bilhões em 1999.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 1999-2000				
DISCRIMINAÇÃO	Nov	Dez	Jan-Dez	
	2000	2000	1999	2000
<b>Arrecadação Líquida</b>	<b>4.517,3</b>	<b>7.670,2</b>	<b>49.065,3</b>	<b>55.715,1</b>
Arrecadação Bruta	4.867,0	8.033,9	52.541,0	59.904,4
- Contribuição Previdenciária	4.544,1	7.602,8	49.586,7	55.848,9
- Simples	194,4	207,0	1.550,7	2.024,7
- CDP	7,5	15,6	368,7	229,6
- CFTE/FIES	29,7	57,9	-	280,3
- Depósitos Judiciais	49,0	73,8	630,0	910,6
- Refis	33,5	40,9	-	264,5
- Outras Receitas	8,8	35,8	404,9	345,8
(-) Restituição/Devolução	(15,2)	(29,2)	(87,3)	(192,5)
(-) Transferências a Terceiros	(334,5)	(334,5)	(3.388,4)	(3.996,8)
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>5.885,5</b>	<b>9.715,0</b>	<b>58.540,0</b>	<b>65.787,1</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>(1.368,2)</b>	<b>(2.044,8)</b>	<b>(9.474,7)</b>	<b>(10.071,9)</b>
<b>Resultado Primário/PIB</b>			<b>-1,0%</b>	<b>-0,9%</b>

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Acumulado Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Contribuição	5,11%	5,21%
Benefícios	6,09%	6,15%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-0,99%</b>	<b>-0,94%</b>

No ano, o déficit da Previdência Social atingiu o valor de R\$ 10,1 bilhões, contra R\$ 9,5 bilhões verificados em 1999. Como proporção do PIB, houve melhora no resultado da ordem de 0,1 ponto percentual, tendo passado de um déficit de 1,0% no ano anterior, para 0,9% em 2000.

A arrecadação líquida totalizou R\$ 55,7 bilhões, apresentando aumento de R\$ 6,6 bilhões ou 13,6% em relação a 1999. Contribuiu para esse acréscimo o comportamento positivo das seguintes rubricas: i) receita proveniente da retenção de 11,0% do valor bruto da nota fiscal, pelas empresas contratantes de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, que totalizou R\$ 2,9 bilhões em 2000, contra R\$ 2,4 bilhões em 1999; ii) receita de R\$ 2,0 bilhões referente a arrecadação do Simples, contra R\$ 1,5 bilhão no ano anterior; e iii) arrecadação de R\$ 910,6 milhões de depósitos judiciais, contra R\$ 630,0 milhões em 1999. Além disso, foram registradas receitas sem correspondência em 1999, entre as quais R\$ 280,3 milhões em Certificados Financeiros do Tesouro (CFT-E), no âmbito do FIES, e R\$ 264,5 milhões do Refis.

Benefícios	2000		
	Out	Nov	%
Quantidade*	19,5	19,5	0,3%
Valor Médio**	273,3	273,0	-0,1%

(\*) Em Milhões  
(\*\*) Em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

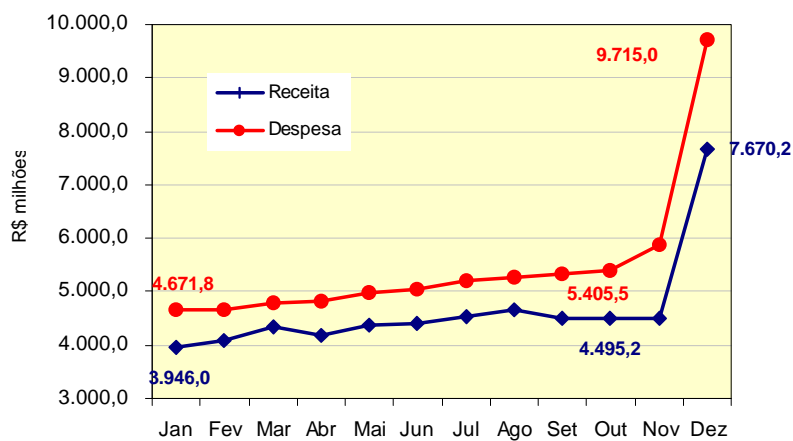
As despesas com benefícios previdenciários atingiram 6,15% do PIB, superior em 0,06 ponto percentual, quando comparadas ao ano de 1999. Em valores nominais, houve acréscimo de R\$ 7,2 bilhões ou 12,4% em relação ao ano anterior. Tal variação pode ser explicada, principalmente, pelo aumento do valor médio dos benefícios previdenciários pagos no período, em decorrência do reajuste do salário mínimo, bem como, do aumento dos benefícios, cujos valores

estão acima do piso (11,0% em abril e 5,81% em junho). O valor médio dos benefícios (exclusive 13º salário) passou de R\$ 245,8 entre dezembro de 1998 e novembro de 1999, para R\$ 264,7 entre dezembro de 1999 e novembro de 2000. Houve, também, aumento de 3,7% na quantidade média de benefícios concedidos, contra 3,8% em igual período de 1999.

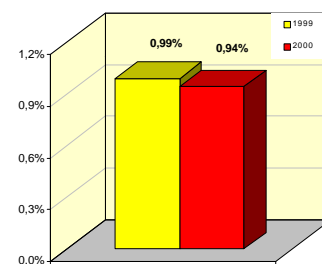
Benefícios	Dez/1998- Nov/1999	Dez/1999- Nov/2000	%
Quantidade*	18,5	19,2	3,7%
Valor Médio**	245,8	264,7	7,7%

(\*) média em milhões  
(\*\*) média em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

### Receitas e Despesas da Previdência Social Brasil, 2000



### Déficit da Previdência Social Acumulado até Dezembro Brasil, 1999/2000



### **DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

*A dívida líquida do Tesouro Nacional em relação ao PIB foi de 21,8% em dezembro de 2000, ficando 0,3 ponto percentual abaixo do saldo em dezembro de 1999.*

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 233,1 bilhões no mês de dezembro, o correspondente a 21,8% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Com isso, a dívida líquida situou-se 0,3 ponto percentual do PIB abaixo do registrado em dezembro de 1999.

Observa-se que a dívida interna líquida permaneceu nos mesmos patamares observados em dezembro de 1999, em torno de R\$ 95,9 bilhões, o que representa redução de 1,0 ponto percentual do PIB no período. O crescimento dos haveres referentes à Lei nº 9.496/97 e das disponibilidades do FAT compensou o crescimento do saldo da dívida pública mobiliária em mercado. Por outro lado, em termos nominais, registrou-se o crescimento dos saldos das dívidas mobiliária e contratual externas, associado fundamentalmente à variação cambial de 9,3 % ocorrida no período.

A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado em dezembro de 1999 e nos últimos dois meses de 2000.

**TABELA 2**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO**  
**BRASIL, 2000**

	1999		2000	
	Nov	Dez	Nov	Dez
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>99.796</b>	<b>95.867</b>	<b>93.634</b>	<b>95.924</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	326.430	346.779	397.808	398.863
Dívida Securitizada	28.126	29.643	25.489	25.473
Dívida Contratual da STN	-190.892	-216.494	-254.149	-252.247
Dívida Refinanciada de Estados e Municípios	-180.763	-196.189	-227.505	-228.039
Demais Dívida Contratuais	-10.130	-20.305	-26.644	-24.209
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-63.867	-64.060	-75.514	-76.165
Fat	-45.521	-45.487	-53.248	-53.603
Demais Entidades	-18.347	-18.573	-22.266	-22.563
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>125.310</b>	<b>116.769</b>	<b>135.948</b>	<b>137.181</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	95.856	89.185	103.813	105.519
Títulos Depositados em Garantia	-5.915	-4.496	-4.590	-4.675
Dívida Contratual	36.153	32.904	37.711	37.275
Disponibilidades	-784	-823	-986	-938
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>225.107</b>	<b>212.637</b>	<b>229.582</b>	<b>233.105</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>23,8%</b>	<b>22,1%</b>	<b>21,5%</b>	<b>21,8%</b>

*A menor necessidade de financiamento, decorrente dos resultados fiscais positivos do governo federal, refletiu-se no volume de resgates líquidos no período e, em consequência, na redução do saldo da dívida interna em relação ao PIB.*

*Ao final de 2000, a DPMFi em mercado atingiu 37,3% do PIB, ficando 0,7 ponto percentual abaixo do registrado em novembro.*

Em dezembro, houve resgate líquido de R\$ 3,7 bilhões da Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi em mercado. O pequeno crescimento em relação ao mês anterior (R\$ 1,1 bilhão) deveu-se à apropriação dos juros nominais.

**TABELA 3**  
**EVOLUÇÃO DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA**  
**BRASIL, Dez/2000**

(R\$ milhões)

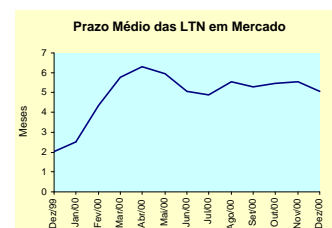
Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
<b>DPMF</b>			
<b>I. Emissões</b>	<b>10.030</b>	<b>563</b>	<b>10.593</b>
LFT	5.333	0	5.333
LTN	4.337	0	4.337
Demais	360	563	923
<b>II. Resgates</b>	<b>14.248</b>		<b>14.248</b>
LFT	5.366		5.366
LTN	4.446		4.446
NTN-D	3.317		3.317
Demais	1.119		1.119
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>	<b>-4.218</b>	<b>563</b>	<b>-3.655</b>
<b>TDA</b>			
<b>I. Emissões</b>		<b>52</b>	<b>52</b>
<b>II. Resgates</b>		<b>2</b>	<b>2</b>
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>		<b>50</b>	<b>50</b>
<b>Securitizedos</b>			
<b>I. Emissões</b>		<b>127</b>	<b>127</b>
<b>II. Resgates</b>		<b>460</b>	<b>460</b>
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>		<b>-333</b>	<b>-333</b>
<b>Total</b>			
<b>I. Emissões</b>	<b>10.030</b>	<b>743</b>	<b>10.772</b>
<b>II. Resgates</b>	<b>14.248</b>	<b>462</b>	<b>14.710</b>
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>	<b>-4.218</b>	<b>281</b>	<b>-3.937</b>

O prazo médio das LTN, que era de 2,02 meses em dezembro de 1999, fechou o ano 2000 em 5,08 meses.

No mês em referência, o Tesouro fez emissões de LTN em mercado com prazo de 6 e 12 meses, nos montantes de R\$ 2,3 bilhões e R\$ 2,1 bilhões, respectivamente. O prazo médio desses títulos ficou em 5,08 meses, bastante acima do prazo verificado ao final de 1999, de apenas 2,02 meses.

As emissões diretas em mercado no mês de dezembro totalizaram R\$ 742,6 milhões, entre as quais, destacam-se: i) conversão de *Debt Conversion Bonds* (DCB) em NTN-D; e ii) emissão de CVS da ordem de R\$ 127,4 milhões, referentes à dívida do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), dos quais R\$ 125,2 milhões para o Banco do Estado de Minas Gerais S.A. e R\$ 2,1 milhões para a Pouplex.

Os resgates somaram R\$ 462,0 milhões, entre os quais: R\$ 296,7 milhões de dívida securitizada, sendo R\$ 235,3 milhões referentes a títulos CVS (R\$ 169,0 milhões em pagamento da conta gráfica do Estado de Pernambuco e R\$ 66,3 milhões trocados por CFT-E) e R\$ 61,4 milhões, trocados por NTN-C e CDP.



Em dezembro, o Tesouro Nacional realizou emissões diretas em mercado no montante de R\$ 742,6 milhões.

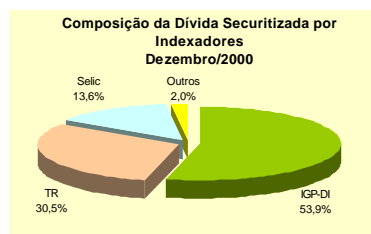
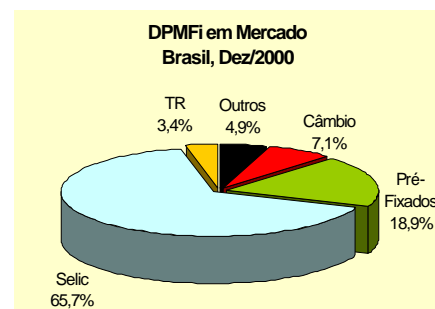
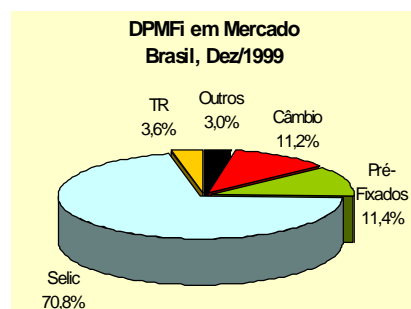
## Composição da Dívida

No tocante à composição dos títulos da DPMFi em mercado por indexadores, destaque-se a queda de 0,7 ponto percentual da participação dos remunerados pela taxa de câmbio, em função do elevado volume de vencimentos das NTN-D em dezembro. Os títulos prefixados (LTN) e aqueles atrelados à taxa Selic (LFT) também tiveram sua participação elevada em 0,2 e 0,4 ponto percentual, respectivamente.

Quando comparado a dezembro do ano anterior, percebem-se os efeitos da estratégia do Tesouro Nacional de aumentar a participação dos títulos prefixados. Enquanto esses tiveram sua participação elevada em 7,2 pontos percentuais, os títulos remunerados pela taxa de câmbio e a taxa Selic reduziram-se em 4,1 e 5,1 pontos percentuais, respectivamente.

**TABELA 4  
COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM MERCADO  
BRASIL, 2000** (%)

Indexador	2000		
	1999 Dez	Nov	Dez
Selic	70,8	65,3	65,7
Câmbio	11,2	7,8	7,1
Prefixados	11,4	18,7	18,9
TR	3,6	3,4	3,4
Outros	3,0	4,8	4,9
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>



A composição da dívida securitizada manteve-se praticamente estável em relação ao mês anterior. Os títulos indexados ao IGP-DI representaram 53,9% desses passivos, seguidos pela TR (30,5%) e Selic (13,6%). Os demais títulos perfizeram apenas 2,0% do seu estoque.

## Custo e Prazo Médios

O custo médio anual da dívida interna total do Tesouro Nacional atingiu, em dezembro, 15,40% a.a., contra 18,88% a.a. no mês anterior. Essa redução pode ser explicada, principalmente, pela menor variação cambial ocorrida no mês. É importante observar que o custo médio, tanto das LTN quanto das LFT, mantiveram uma trajetória de queda ao longo de 2000. Em dezembro de 1999, o custo médio das LTN era de 14,39% a.a., tendo fechado 18,10% a.a. no mesmo período de 2000, e o das LFT, caiu, de 18,99% a.a. em dezembro de 1999, para 16,19% a.a., em 2000. O custo médio da dívida interna total ao longo de 2000 foi 17,68%, muito próximo à taxa média do Selic acumulada no ano.

**TABELA 5**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DPMF**  
**EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA**  
**BRASIL, Dez/2000**

Título	% de Participação	Prazo Médio	Custo Médio
LTN	18,9%	5,08	18,10%
LFT	65,8%	18,93	16,19%
NTN-D	3,8%	11,35	12,01%
NTN-C	1,8%	43,33	21,58%
Demais	9,8%	-	-
<b>Total DPMF (1)</b>	<b>100,0%</b>	<b>32,03</b>	<b>15,59%</b>
<b>Competitivos</b>		<b>15,47</b>	<b>16,57%</b>
<b>Securitizedos (2)</b>		<b>85,38</b>	<b>12,38%</b>
<b>Total Dívida Interna (1+2)</b>		<b>35,24</b>	<b>15,40%</b>

Obs.: Prazo Médio em meses.  
Custo Médio em % anual.

O custo médio das LTN e LFT que era de 14,39% a.a. e 18,99% a.a. em dezembro de 1999, fechou o ano em 18,10% a.a. e 16,19% a.a., respectivamente.

Conforme pode ser observado na tabela 6 a seguir, excluídos os títulos indexados ao câmbio, o custo médio caiu consideravelmente, tanto do total de títulos da DPMFi em mercado (de 19,40% a.a. em dezembro de 1999 para 16,21% a.a. em dezembro de 2000), quanto dos emitidos por meio de oferta pública (19,82% a.a. em dezembro de 1999 para 16,86% a.a. em dezembro de 2000).

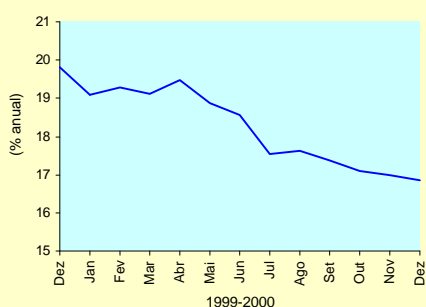
O custo médio anual dos títulos colocados por meio de leilões, excluindo-se os cambiais, caiu ao longo de 2000, passando de 19,82% a.a. em dezembro de 1999, para 16,86% a.a. no mês em análise.

**TABELA 6**  
**DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO**  
**BRASIL, 1999/2000**

PERÍODO	(% anual)			
	TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)
1999 Dez	19,40	5,12	19,82	8,02
2000 Jan	18,79	18,94	19,09	19,53
Fev	18,86	14,71	19,28	15,66
Mar	18,28	15,54	19,12	16,77
Abr	18,69	23,59	19,47	24,08
Mai	18,33	18,86	18,86	19,54
Jun	18,02	14,98	18,58	16,21
Jul	17,62	15,25	17,55	15,71
Ago	17,40	20,05	17,63	20,06
Set	17,09	18,01	17,38	16,74
Out	16,80	20,96	17,09	20,83
Nov	16,45	19,35	17,00	19,56
Dez	16,21	15,59	16,86	16,57

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.  
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

**DPMFi - Custo Médio**  
(Inclui apenas os títulos competitivos em mercado, excluídos os indexados ao câmbio)



Aliado à queda do custo médio dos títulos da DPMFi observou-se, ao longo de 2000, o crescimento de seu prazo médio. Para os títulos da DPMFi ofertados sob a forma competitiva, tal índice alcançou em dezembro 15,47 meses, contra 8,35 meses em dezembro de 1999. O prazo médio do total de títulos da DPMFi também aumentou ao longo do ano, passando de 27,90 meses em dezembro do ano passado para 32,03 meses em dezembro de 2000, conforme fica evidenciado no gráfico a seguir

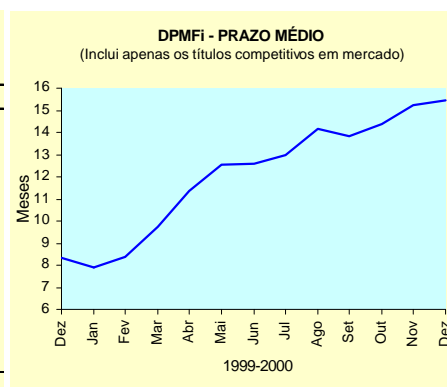
O prazo médio dos títulos da DPMFi emitidos por meio de oferta pública aumentou de 8,35 meses em dezembro do ano passado para 15,24 meses em dezembro de 2000.



**TABELA 7**  
**DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO**  
**BRASIL, 1999/2000**  
(meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
1999 Dez	27,90	8,35
2000 Jan	27,14	7,89
Fev	27,09	8,37
Mar	27,97	9,74
Abr	28,40	11,37
Mai	29,88	12,54
Jun	29,94	12,58
Jul	29,59	12,97
Ago	30,71	14,16
Set	30,22	13,85
Out	30,28	14,38
Nov	31,42	15,24
Dez	32,03	15,47

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



Essa elevação é principalmente reflexo do alongamento do prazo dos títulos emitidos em leilão. As LTN tiveram, já em janeiro de 2000, seu prazo máximo de emissão elevado de 6 para 12 meses, tendo emitido um lote de 24 meses em 1º de setembro. As LFT tiveram seu prazo máximo de emissão ampliado de 12 para 48 meses, passando, ao longo do ano, pelos prazos de 18, 24 e 36 meses. Por último, vale destacar a emissão, em 1º de janeiro de 2001 (leilão em 27 e 28 de dezembro de 2000), de R\$ 4,5 bilhões em NTN-C com prazo de 30 anos. Tais alongamentos somente foram possíveis graças ao caminho construído ao longo de 2000 pela estabilidade econômica, refletida na melhora da percepção dos investidores em relação ao risco País.

## Haveres Líquidos

Em dezembro, o saldo dos haveres líquidos atingiu R\$ 328,4 milhões, equivalente a 30,7% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em relação ao mês anterior, houve uma queda de R\$ 1,3 bilhão nos haveres totais do Tesouro Nacional (inclusive fundos, fundações e autarquias), explicada pela revisão do cálculo dos créditos do Tesouro Nacional junto à Eletrobrás.

*Em dezembro, o saldo dos haveres internos líquidos foi de R\$ 328,4 bilhões.*

**TABELA 8**  
**DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA LÍQUIDA**  
**BRASIL, 2000**  
(R\$ milhões)

	1999		2000	
	Nov	Dez	Nov	Dez
<b>TOTAL DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>-190.892</b>	<b>-216.494</b>	<b>-254.149</b>	<b>-252.247</b>
Dívida Bancária	39.389	39.503	40.317	40.343
Demais Dívidas da STN	3.301	3.194	2.649	2.590
Lei 7.976/89	-11.712	-10.942	-10.324	-10.058
Lei 8.727/93	-43.193	-43.351	-44.441	-44.483
Lei 9.496/97	-103.692	-121.833	-136.014	-136.731
Renegociação Dívidas Municipais	-2.866	-3.852	-18.000	-18.100
Demais Haveres da STN	-72.119	-79.213	-88.337	-85.809
<b>TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-63.867</b>	<b>-64.060</b>	<b>-75.514</b>	<b>-76.165</b>
FAT	-45.521	-45.487	-53.248	-53.603
Demais Entidades	-18.347	-18.573	-22.266	-22.563
<b>TOTAL</b>	<b>-254.760</b>	<b>-280.554</b>	<b>-329.663</b>	<b>-328.413</b>
<b>TOTAL/PIB</b>	<b>-27,0%</b>	<b>-29,2%</b>	<b>-30,9%</b>	<b>-30,7%</b>
<b>TOTAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-20,2%</b>	<b>-22,5%</b>	<b>-23,8%</b>	<b>-23,6%</b>



Ao final de 2000, a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional apresentou saldo de R\$ 137,2 bilhões, correspondente a 12,8% do PIB estimado para os últimos doze meses, 0,6 ponto percentual do PIB acima do registrado em dezembro de 1999. Esse aumento deveu-se fundamentalmente à variação cambial observada no período (9,3%).

O principal destaque do mês de dezembro foi a emissão do bônus Samurai 2006, de 60,0 bilhões de ienes (cerca de US\$ 542,0 milhões), com prazo de 5 anos e 3 meses e *coupon* de 4,75% a.a.. O título foi vendido a 100% do valor de face, com um *spread* de 355 *bases points* sobre a taxa *swap* em ienes.

Foram pagos, em dezembro, R\$ 3,5 bilhões para quitação do principal, juros e encargos da dívida externa. Deste total, R\$ 1,7 bilhões referem-se à dívida mobiliária, R\$ 259,5 milhões a pagamentos aos organismos multilaterais, R\$ 416,4 milhões a bancos privados/agências governamentais e R\$ 1,2 bilhões à fase IV do acordo com o Clube de Paris, conforme demonstrado na tabela 9.

## Dívida Externa

*Em dezembro, o saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional foi de 12,8% do PIB.*

**TABELA 9  
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA  
BRASIL, Dez/2000**

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>2.724,5</b>	<b>816,5</b>	<b>3.541,0</b>
I.1. Organismos Multilaterais	25,5	234,0	<b>259,5</b>
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	320,9	95,4	<b>416,4</b>
I.3. Clube de Paris	756,9	412,2	<b>1.169,2</b>
I.4. Dívida Mobiliária	1.621,2	74,9	<b>1.696,1</b>
BEA/IDU	1.621,2	64,9	<b>1.686,0</b>
Bônus Samurai 2006	0,0	9,7	<b>9,8</b>
Bônus (Taxas)	0,0	0,3	<b>0,3</b>

**Boxe 1 - Características dos Títulos Brasileiros Emitidos no Exterior em 2000**

Bônus	Data de Emissão	Data de Vencimento	Volume (em milhões)	
			Moeda de Emissão	Dólar
Global 2020	26/01/00	15/01/20	USD 1.000	1.000
Euro 2010	04/02/00	04/02/10	EUR 750	737
Global 2030	06/03/00	06/03/30	USD 1.600	1.600
Samurai 2003	17/04/00	17/04/03	JPY 60.000	573
Euro 2005	05/07/00	05/07/05	EUR 800	700
Global 2007	26/07/00	26/07/07	US\$ 1.000	1.000
Global 2040	17/08/00	17/08/40	US\$ 5.157	5.157
Euro 2007	05/10/00	05/10/07	EUR 750	638
Samurai 2006	28/11/00	28/02/06	JPY 60.000	542

O ano de 2000 foi marcado pelo sucesso da União em relação às emissões de títulos externos. Tais emissões totalizaram US\$ 11,9 bilhões ao longo do ano, sendo o maior volume anual desde 1995, quando o país voltou a emitir títulos no mercado internacional. Foram emitidos aproximadamente US\$ 5,8 bilhões em títulos para captação de novos recursos, em oito operações distintas, e US\$ 6,1 bilhões em emissões para troca de títulos da dívida reestruturada em três operações.

A esse respeito, devemos destacar o sucesso da troca de US\$ 5,22 bilhões de *bradies* por meio do lançamento de US\$ 5,157 bilhões de bônus global de 40 anos, com opção de recompra a partir de 2015. A experiência foi inovadora no sentido de ter sido a maior operação de troca de *bradies* realizada por um país emergente, sendo esse o maior prazo de emissão soberana de um

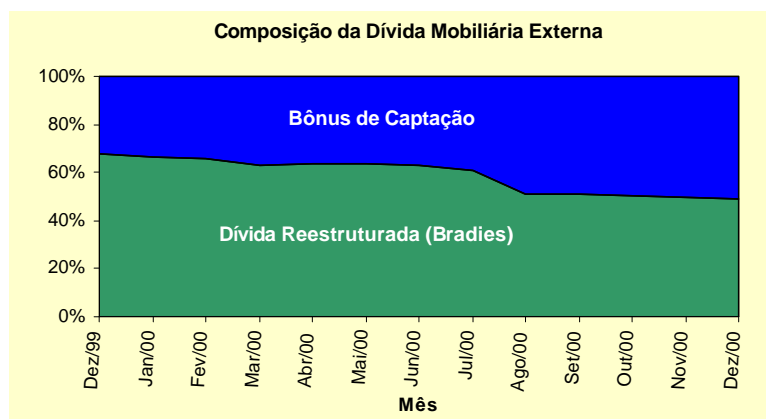
*A emissão de bônus global de 40 anos, no montante de US\$ 5,2 bilhões, foi a maior operação de troca realizada por um país emergente.*

país latino americano. As diversas colocações externas em 2000 demonstram a confiança dos investidores na solidez da capacidade de pagamento do país.

## Características

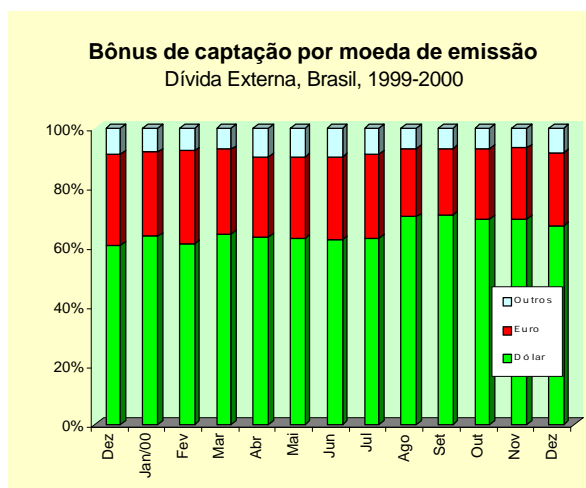
Com as emissões e os pagamentos ocorridos ao longo do ano, a participação dos bônus da dívida renegociada (*bradies*) no total da dívida mobiliária externa em 2000 teve redução de 19,0 pontos percentuais em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de 68,0% em dezembro de 1999 para 49,0% em dezembro de 2000, sendo os restantes 51,0% em bônus de captação, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

*A participação dos bônus de renegociação no total da dívida mobiliária externa caiu 19,0 pontos percentuais nos últimos 12 meses.*

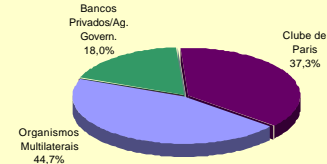


Em relação à composição dos bônus de captação, os títulos em euro, que em dezembro de 1999 representavam 30,7%, diminuíram sua participação para 24,6% ao final de 2000. Em contrapartida, os bônus em dólar subiram, de 60,5% em dezembro de 1999 para 66,8% ao final de 2000. As demais moedas representaram, ao final do ano, 8,6% do total, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

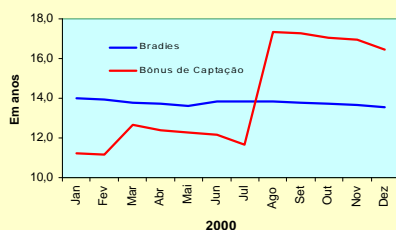
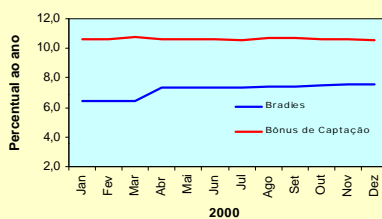
*Em dezembro, a participação dos títulos em dólar representavam 66,8% do total dos bônus de captação.*



A dívida contratual externa do Tesouro Nacional está composta em sua maior parte pelos empréstimos junto a Organismos Multilaterais, cuja parcela equivaleu em dezembro a 44,7% do total. As dívidas contratuais com o Clube de Paris e Bancos Privados/Agências Governamentais respondem por 37,3% e 18,0%, respectivamente.

**Composição da Dívida Contratual Externa  
Dezembro/2000**


Conforme demonstrado no gráfico abaixo, o prazo médio dos bônus de captação elevou-se substancialmente ao longo do ano de 2000. Em janeiro ele era de 11,25 anos, passando para 16,45 anos ao final de 2000. Tal elevação é reflexo das novas emissões realizadas ao longo deste ano, com prazos de até 40 anos. O prazo médio dos bradies manteve-se estável, com pequena queda, devido à aproximação dos vencimentos.

**Prazo Médio da Dívida Externa  
Brasil, 2000**

**Custo Médio da Dívida Externa  
Brasil, 2000**


*Em 2000, observou-se elevação do prazo médio e queda do custo médio dos bônus de captação.*

O custo médio dos *bradies* teve pequena elevação ao longo do ano, passando de 6,44% a.a. em janeiro para 7,54% a.a. no mês em análise. Com relação aos bônus de captação, seu custo médio observou pequena queda em 2000, passando de 10,62% a.a. em janeiro para 10,53% a.a. em dezembro.

É importante mencionar que o Senado Federal, por meio da Resolução nº 74, de 19/12/2000, autorizou à União a emitir até US\$ 30,0 bilhões em títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior. A Resolução anterior (SF nº 23/00) autorizava a emissão de até US\$ 20,0 bilhões.

## **Anexos**

---

### ***Tabelas do Resultado Fiscal***

- **Tabela A1(a)** – Resultado Primário do Governo Central (1999)
- **Tabela A1(b)** – Resultado Primário do Governo Central (2000)
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional (2000)
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central (2000)
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito (2000)

### ***Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)***

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações
- **Tabela A9** – Pagamentos da Dívida Externa da União (1999 e 2000)

### ***Boletins de Transferências para Estados e Municípios***

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

**TABELA A1(a) - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total 1999
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>15.118,7</b>	<b>16.205,8</b>	<b>19.871,7</b>	<b>16.334,9</b>	<b>14.609,7</b>	<b>17.773,4</b>	<b>18.071,8</b>	<b>17.766,8</b>	<b>18.206,6</b>	<b>16.614,7</b>	<b>17.257,3</b>	<b>23.072,7</b>	<b>210.904,1</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>11.557,9</b>	<b>12.617,3</b>	<b>16.155,4</b>	<b>12.492,2</b>	<b>10.846,2</b>	<b>13.918,5</b>	<b>14.153,5</b>	<b>13.833,2</b>	<b>14.292,3</b>	<b>12.714,1</b>	<b>13.324,4</b>	<b>15.933,6</b>	<b>161.838,8</b>
I.1.1 Receita Bruta	11.713,1	12.862,9	16.292,9	12.788,5	11.057,7	14.659,0	14.964,7	14.663,0	14.672,1	13.336,0	13.751,2	16.536,2	167.297,4
- Impostos	6.144,2	7.267,2	7.964,8	6.954,6	5.990,8	6.334,3	6.294,7	5.725,0	7.255,4	6.578,6	6.120,6	8.456,3	81.086,6
- Contribuições	4.107,9	4.953,3	4.276,1	4.430,7	3.818,4	4.668,3	7.219,0	4.979,3	6.087,3	5.928,1	6.700,4	6.479,4	63.648,2
- Demais	1.461,0	642,4	4.051,9	1.403,2	1.248,5	3.656,4	1.451,1	3.958,6	1.329,4	829,2	930,2	1.600,6	22.562,5
I.1.2. (-) Restituições	(82,5)	(160,7)	(115,7)	(144,9)	(136,9)	(709,4)	(760,9)	(787,9)	(333,2)	(563,6)	(370,2)	(542,5)	(4.708,5)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(72,7)	(84,8)	(21,8)	(151,4)	(74,6)	(31,1)	(50,3)	(41,8)	(46,6)	(58,2)	(56,6)	(60,1)	(750,1)
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>3.560,7</b>	<b>3.588,5</b>	<b>3.716,3</b>	<b>3.842,7</b>	<b>3.763,5</b>	<b>3.854,9</b>	<b>3.918,3</b>	<b>3.933,6</b>	<b>3.914,3</b>	<b>3.900,6</b>	<b>3.932,9</b>	<b>7.139,0</b>	<b>49.065,3</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>3.136,0</b>	<b>3.179,8</b>	<b>3.457,9</b>	<b>2.891,8</b>	<b>3.187,5</b>	<b>2.181,0</b>	<b>2.622,5</b>	<b>2.717,8</b>	<b>2.576,7</b>	<b>2.873,8</b>	<b>2.947,7</b>	<b>3.129,2</b>	<b>34.901,8</b>
II.1. Transferências Constitucionais	2.501,9	2.569,3	2.608,0	2.380,8	2.561,1	1.743,0	1.732,0	2.147,6	2.002,7	2.383,7	2.277,0	2.496,0	27.403,0
II.2. Lei Complementar 87/96	351,8	573,5	413,6	358,2	373,5	303,1	545,3	312,7	297,8	294,2	286,4	294,0	4.403,9
II.3. Demais	282,4	37,1	436,3	152,8	253,0	134,9	345,2	257,5	276,2	195,8	384,3	339,2	3.094,8
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>11.982,6</b>	<b>13.026,0</b>	<b>16.413,8</b>	<b>13.443,1</b>	<b>11.422,1</b>	<b>15.592,4</b>	<b>15.449,3</b>	<b>15.049,1</b>	<b>15.629,9</b>	<b>13.741,0</b>	<b>14.309,6</b>	<b>19.943,5</b>	<b>176.002,3</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>11.180,7</b>	<b>11.439,7</b>	<b>11.780,4</b>	<b>10.865,6</b>	<b>12.013,1</b>	<b>11.756,9</b>	<b>13.193,5</b>	<b>12.340,2</b>	<b>12.058,6</b>	<b>13.144,0</b>	<b>13.458,7</b>	<b>21.770,9</b>	<b>155.002,1</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>3.737,7</b>	<b>4.337,5</b>	<b>3.413,4</b>	<b>3.772,0</b>	<b>3.685,5</b>	<b>4.071,8</b>	<b>4.913,8</b>	<b>3.783,7</b>	<b>3.663,1</b>	<b>3.884,6</b>	<b>4.012,5</b>	<b>5.944,5</b>	<b>49.220,1</b>
IV.1.1. INSS	202,2	267,5	189,6	259,1	187,8	254,6	307,1	219,3	244,3	251,5	239,1	357,2	2.979,2
IV.1.2. Demais	3.535,5	4.070,0	3.223,8	3.512,9	3.497,7	3.817,2	4.606,7	3.564,4	3.418,8	3.633,1	3.773,4	5.587,3	46.240,8
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>4.320,8</b>	<b>4.267,7</b>	<b>4.324,9</b>	<b>4.349,8</b>	<b>4.374,1</b>	<b>4.442,3</b>	<b>4.631,2</b>	<b>4.621,4</b>	<b>4.623,5</b>	<b>4.727,1</b>	<b>5.153,7</b>	<b>8.703,7</b>	<b>58.540,0</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>3.122,2</b>	<b>2.834,5</b>	<b>4.042,1</b>	<b>2.743,8</b>	<b>3.953,5</b>	<b>3.242,8</b>	<b>3.648,5</b>	<b>3.935,0</b>	<b>3.772,0</b>	<b>4.532,3</b>	<b>4.292,5</b>	<b>7.122,7</b>	<b>47.242,0</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	346,4	394,2	620,9	282,3	584,0	401,5	421,4	537,1	683,6	373,6	359,0	555,4	5.559,4
- Abono e Seguro Desemprego	339,7	378,5	584,1	251,4	483,1	347,2	378,6	480,5	529,4	274,8	294,3	501,5	4.843,1
- Demais Despesas do FAT	6,7	15,7	36,9	30,9	100,9	54,4	42,8	56,6	154,2	98,8	64,7	53,9	716,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	165,5	192,3	151,5	163,4	205,3	101,3	229,0	193,6	153,1	699,6	193,2	138,2	2.585,9
- Operações Oficiais de Crédito	86,7	122,3	121,7	124,1	138,0	45,2	158,9	129,4	101,6	603,1	147,1	91,2	1.869,2
- Subvenções aos Fundos Regionais	78,8	70,0	29,8	39,3	67,3	56,1	70,1	64,3	51,4	96,5	46,2	47,1	716,7
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	2.610,4	2.248,1	3.269,8	2.298,1	3.164,2	2.739,9	2.998,1	3.204,3	2.935,4	3.459,0	3.740,3	6.429,1	39.096,8
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>801,9</b>	<b>1.586,2</b>	<b>4.633,4</b>	<b>2.577,5</b>	<b>(590,9)</b>	<b>3.835,5</b>	<b>2.255,8</b>	<b>2.708,9</b>	<b>3.571,3</b>	<b>597,0</b>	<b>850,9</b>	<b>(1.827,4)</b>	<b>21.000,2</b>
V.1. Tesouro Nacional	1.562,0	2.265,5	5.241,9	3.084,6	19,6	4.422,9	2.968,7	3.396,7	4.280,5	1.423,5	2.071,7	(262,7)	30.474,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(760,0)	(679,2)	(608,6)	(507,0)	(610,5)	(587,4)	(712,9)	(687,9)	(709,2)	(826,5)	(1.220,8)	(1.564,6)	(9.474,7)
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>(42,0)</b>	<b>(15,2)</b>	<b>(116,4)</b>	<b>(49,5)</b>	<b>(57,3)</b>	<b>(19,6)</b>	<b>(97,2)</b>	<b>(61,8)</b>	<b>(47,1)</b>	<b>(67,3)</b>	<b>(63,3)</b>	<b>(106,5)</b>	<b>(743,3)</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>759,9</b>	<b>1.571,1</b>	<b>4.517,0</b>	<b>2.528,1</b>	<b>(648,3)</b>	<b>3.815,9</b>	<b>2.158,6</b>	<b>2.647,1</b>	<b>3.524,2</b>	<b>529,6</b>	<b>787,6</b>	<b>(1.933,9)</b>	<b>20.256,9</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>1.394,9</b>	<b>205,2</b>	<b>(1.133,6)</b>	<b>(1.278,6)</b>	<b>705,9</b>	<b>98,8</b>	<b>1.571,7</b>	<b>350,5</b>	<b>79,6</b>	<b>245,1</b>	<b>(412,3)</b>	<b>588,1</b>	<b>2.415,2</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>2.154,8</b>	<b>1.776,3</b>	<b>3.383,4</b>	<b>1.249,5</b>	<b>57,6</b>	<b>3.914,7</b>	<b>3.730,3</b>	<b>2.997,6</b>	<b>3.603,8</b>	<b>774,8</b>	<b>375,2</b>	<b>(1.345,8)</b>	<b>22.672,1</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>(50.860,1)</b>	<b>(11.287,9)</b>	<b>9.728,8</b>	<b>(414,0)</b>	<b>(8.426,1)</b>	<b>(6.483,9)</b>	<b>(6.953,2)</b>	<b>(11.230,2)</b>	<b>(1.290,6)</b>	<b>(6.442,3)</b>	<b>1.716,9</b>	<b>3.061,1</b>	<b>(88.881,4)</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>(48.705,3)</b>	<b>(9.511,6)</b>	<b>13.112,2</b>	<b>835,4</b>	<b>(8.368,5)</b>	<b>(2.569,3)</b>	<b>(3.222,9)</b>	<b>(8.232,6)</b>	<b>2.313,2</b>	<b>(5.667,5)</b>	<b>2.092,2</b>	<b>1.715,3</b>	<b>(66.209,3)</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A1(b) - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total 2000
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>18.501,3</b>	<b>17.152,1</b>	<b>20.219,9</b>	<b>19.120,1</b>	<b>19.316,7</b>	<b>18.200,1</b>	<b>18.627,6</b>	<b>20.779,0</b>	<b>18.853,5</b>	<b>19.979,1</b>	<b>20.148,6</b>	<b>25.618,8</b>	<b>236.516,8</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>14.555,3</b>	<b>13.069,1</b>	<b>15.886,6</b>	<b>14.950,7</b>	<b>14.944,5</b>	<b>13.780,4</b>	<b>14.081,0</b>	<b>16.117,3</b>	<b>14.352,9</b>	<b>15.483,9</b>	<b>15.631,3</b>	<b>17.948,6</b>	<b>180.801,7</b>
I.1.1. Receita Bruta	15.159,4	13.305,5	16.239,1	15.173,1	15.196,4	14.960,2	15.312,1	17.737,8	14.745,3	16.123,5	16.069,0	18.479,9	188.501,2
- Impostos	7.153,9	6.371,8	7.865,1	6.998,5	6.533,5	6.824,3	7.290,9	7.178,6	6.965,8	7.424,9	7.365,2	9.169,3	87.142,0
- Contribuições	6.877,9	6.050,7	7.136,7	6.255,2	6.338,7	6.503,5	6.402,0	6.679,6	6.598,9	7.293,4	7.620,0	7.732,4	81.489,1
- Demais	1.127,6	883,0	1.237,2	1.919,3	2.324,2	1.632,4	1.619,2	3.879,6	1.180,6	1.405,2	1.083,8	1.578,1	19.870,2
I.1.2. (-) Restituições	(532,6)	(108,2)	(246,8)	(135,7)	(179,0)	(1.127,2)	(1.143,6)	(1.508,0)	(327,5)	(568,4)	(367,9)	(459,6)	(6.704,4)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(64,9)	(71,3)	(69,7)	(71,7)	(995,1)
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>3.946,0</b>	<b>4.083,1</b>	<b>4.333,3</b>	<b>4.169,4</b>	<b>4.372,2</b>	<b>4.419,7</b>	<b>4.546,6</b>	<b>4.661,7</b>	<b>4.500,6</b>	<b>4.495,2</b>	<b>4.517,3</b>	<b>7.670,2</b>	<b>55.715,1</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>3.377,5</b>	<b>3.185,1</b>	<b>3.412,3</b>	<b>3.382,2</b>	<b>3.446,3</b>	<b>2.943,9</b>	<b>3.238,8</b>	<b>3.380,0</b>	<b>3.286,4</b>	<b>3.287,0</b>	<b>3.724,6</b>	<b>3.619,0</b>	<b>40.283,1</b>
II.1. Transferências Constitucionais	2.708,4	2.542,5	2.735,4	2.860,1	2.732,5	2.252,1	2.142,5	2.385,8	2.404,4	2.545,3	2.754,4	3.088,3	31.151,6
II.2. Lei Complementar 87/96	278,4	271,8	255,0	259,5	292,6	274,0	274,7	551,6	481,3	389,7	292,4	195,0	3.816,1
II.3. Demais	390,7	370,7	421,9	262,5	421,2	417,7	821,6	442,6	400,8	352,1	677,8	335,7	5.315,4
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>15.123,8</b>	<b>13.967,1</b>	<b>16.807,6</b>	<b>15.737,9</b>	<b>15.870,4</b>	<b>15.256,2</b>	<b>15.388,8</b>	<b>17.399,0</b>	<b>15.567,0</b>	<b>16.692,0</b>	<b>16.424,0</b>	<b>21.999,8</b>	<b>196.233,7</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>13.597,4</b>	<b>12.412,0</b>	<b>12.734,3</b>	<b>11.742,0</b>	<b>12.903,7</b>	<b>13.671,7</b>	<b>14.973,6</b>	<b>14.100,9</b>	<b>13.940,9</b>	<b>15.616,8</b>	<b>15.057,4</b>	<b>23.852,5</b>	<b>174.603,1</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>5.407,9</b>	<b>4.282,3</b>	<b>4.196,2</b>	<b>4.062,0</b>	<b>4.194,0</b>	<b>4.486,5</b>	<b>5.111,5</b>	<b>4.175,0</b>	<b>4.221,5</b>	<b>4.326,1</b>	<b>4.441,2</b>	<b>6.725,7</b>	<b>55.629,8</b>
IV.1.1. INSS	272,2	268,6	234,0	255,7	235,7	275,8	318,3	224,8	254,2	263,0	263,6	409,5	3.275,2
IV.1.2. Demais	5.135,7	4.013,7	3.962,2	3.806,3	3.958,3	4.210,8	4.793,2	3.950,2	3.967,3	4.063,1	4.177,6	6.316,1	52.354,6
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>4.671,8</b>	<b>4.670,7</b>	<b>4.781,3</b>	<b>4.810,7</b>	<b>4.995,4</b>	<b>5.056,7</b>	<b>5.199,7</b>	<b>5.260,5</b>	<b>5.334,2</b>	<b>5.405,5</b>	<b>5.885,5</b>	<b>9.715,0</b>	<b>65.787,1</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>3.517,7</b>	<b>3.459,0</b>	<b>3.756,7</b>	<b>2.869,3</b>	<b>3.714,3</b>	<b>4.128,5</b>	<b>4.662,4</b>	<b>4.665,4</b>	<b>4.385,1</b>	<b>5.885,2</b>	<b>4.730,7</b>	<b>7.411,9</b>	<b>53.186,2</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	315,0	436,9	653,6	214,7	627,7	374,4	506,2	558,9	472,9	555,1	344,9	430,9	5.491,1
- Abono e Seguro Desemprego	291,6	390,8	361,5	158,5	604,5	337,6	462,0	502,1	437,0	482,5	226,3	381,7	4.636,1
- Demais Despesas do FAT	23,4	46,1	292,1	56,2	23,3	36,8	44,1	56,8	36,0	72,5	118,6	49,2	855,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	24,7	101,1	267,3	167,5	213,7	136,1	235,4	364,2	265,5	1.287,5	195,0	380,2	3.638,3
- Operações Oficiais de Crédito	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	1.237,6	123,2	329,1	2.918,7
- Subvenções aos Fundos Regionais	2,0	52,9	83,9	76,1	95,3	73,0	84,7	27,6	51,3	49,9	71,8	51,0	719,6
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.178,0	2.921,0	2.835,9	2.487,1	2.872,8	3.618,0	3.920,8	3.742,3	3.646,6	4.042,7	4.190,8	6.600,8	44.056,8
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>1.526,4</b>	<b>1.555,1</b>	<b>4.073,3</b>	<b>3.995,9</b>	<b>2.966,7</b>	<b>1.584,5</b>	<b>415,2</b>	<b>3.298,1</b>	<b>1.626,2</b>	<b>1.075,2</b>	<b>1.366,6</b>	<b>(1.852,7)</b>	<b>21.630,6</b>
V.1. Tesouro Nacional	2.252,2	2.142,7	4.521,3	4.637,3	3.589,9	2.221,6	1.068,4	3.896,9	2.459,9	1.985,6	2.734,8	192,1	31.702,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(725,8)	(587,6)	(448,0)	(641,4)	(623,2)	(637,0)	(653,1)	(598,8)	(833,7)	(910,4)	(1.368,2)	(2.044,8)	(10.071,9)
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>(43,1)</b>	<b>(62,0)</b>	<b>(49,2)</b>	<b>(43,0)</b>	<b>(82,2)</b>	<b>59,8</b>	<b>(55,2)</b>	<b>(24,2)</b>	<b>0,3</b>	<b>(45,7)</b>	<b>(26,1)</b>	<b>(106,8)</b>	<b>(477,4)</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>1.483,2</b>	<b>1.493,1</b>	<b>4.024,1</b>	<b>3.952,9</b>	<b>2.884,5</b>	<b>1.644,4</b>	<b>360,0</b>	<b>3.273,9</b>	<b>1.626,5</b>	<b>1.029,5</b>	<b>1.340,5</b>	<b>(1.959,5)</b>	<b>21.153,3</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>(338,2)</b>	<b>888,6</b>	<b>927,9</b>	<b>(1.783,8)</b>	<b>305,2</b>	<b>151,3</b>	<b>37,0</b>	<b>1.379,9</b>	<b>142,9</b>	<b>(2.510,8)</b>	<b>690,8</b>	<b>nd</b>	<b>(109,2)</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>1.145,0</b>	<b>2.381,7</b>	<b>4.952,0</b>	<b>2.169,1</b>	<b>3.189,7</b>	<b>1.795,6</b>	<b>397,0</b>	<b>4.653,8</b>	<b>1.769,5</b>	<b>(1.481,3)</b>	<b>2.031,3</b>	<b>nd</b>	<b>23.003,5</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>(2.885,8)</b>	<b>(3.362,4)</b>	<b>(2.936,8)</b>	<b>(6.919,4)</b>	<b>(6.548,5)</b>	<b>(3.286,1)</b>	<b>(2.682,2)</b>	<b>(5.949,6)</b>	<b>(2.927,4)</b>	<b>(7.998,9)</b>	<b>(6.326,8)</b>	<b>nd</b>	<b>(51.823,8)</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>(1.740,7)</b>	<b>(980,7)</b>	<b>2.015,2</b>	<b>(4.750,3)</b>	<b>(3.358,7)</b>	<b>(1.490,4)</b>	<b>(2.285,2)</b>	<b>(1.295,8)</b>	<b>(1.157,9)</b>	<b>(9.480,2)</b>	<b>(4.295,5)</b>	<b>nd</b>	<b>(28.820,3)</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (\*)**

R\$ milhões

	Dez/1999	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2000
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>19.264,4</b>	<b>12.008,9</b>	<b>13.418,2</b>	<b>15.766,5</b>	<b>14.675,5</b>	<b>14.487,0</b>	<b>14.584,9</b>	<b>12.814,6</b>	<b>14.983,9</b>	<b>14.353,9</b>	<b>15.349,3</b>	<b>16.982,0</b>	<b>20.193,0</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	18.432,7	11.203,4	12.773,3	15.135,8	13.553,4	13.873,5	13.758,6	11.907,9	13.906,3	13.625,6	14.056,6	16.226,4	19.294,7
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(72,9)	(63,2)	(69,7)	(71,7)
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	493,0	396,8	512,7	605,3	934,7	520,3	725,7	507,6	1.035,6	659,0	1.151,2	652,9	723,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	396,9	475,9	256,4	127,1	270,1	161,9	148,9	483,1	150,6	137,9	199,8	166,8	238,6
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	1,9	4,3	4,0	4,0	4,0	4,1	4,3	3,6	3,9	4,4	4,9	5,7	8,2
<b>II. DESPESAS</b>	<b>16.815,9</b>	<b>12.085,7</b>	<b>12.755,8</b>	<b>13.321,3</b>	<b>14.603,1</b>	<b>14.710,3</b>	<b>15.947,2</b>	<b>14.527,7</b>	<b>16.574,4</b>	<b>13.968,5</b>	<b>18.881,9</b>	<b>16.465,3</b>	<b>20.638,1</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>3.638,4</b>	<b>4.180,8</b>	<b>3.948,4</b>	<b>3.402,5</b>	<b>3.282,1</b>	<b>5.384,1</b>	<b>3.579,6</b>	<b>3.450,1</b>	<b>4.049,6</b>	<b>3.902,6</b>	<b>3.956,3</b>	<b>4.350,2</b>	<b>4.103,9</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.648,9	2.881,0	2.770,2	2.735,4	2.860,1	3.272,9	2.395,7	2.279,0	2.538,0	2.557,9	2.707,6	2.930,6	3.236,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	38,3	155,5	216,9	132,4	130,3	147,0	266,1	148,9	291,3	155,6	153,6	390,9	189,6
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	287,8	276,8	271,8	254,8	259,3	292,4	274,0	274,4	551,4	481,0	389,5	292,2	194,8
II.1.4 - Outras Vinculações	663,4	867,4	689,4	279,9	32,4	1.671,9	643,9	747,7	668,8	708,1	705,6	736,5	483,2
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>13.177,5</b>	<b>7.904,9</b>	<b>8.807,4</b>	<b>9.918,8</b>	<b>11.321,0</b>	<b>9.326,2</b>	<b>12.367,6</b>	<b>11.077,5</b>	<b>12.524,9</b>	<b>10.065,8</b>	<b>14.925,6</b>	<b>12.115,2</b>	<b>16.534,1</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.003,7	5.653,3	4.247,3	4.020,9	3.995,2	4.195,0	5.203,5	4.780,2	4.221,9	4.303,6	4.298,1	4.495,1	7.763,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	848,6	353,1	548,6	773,5	2.710,6	650,0	1.026,6	670,8	802,7	652,8	3.489,2	936,6	925,7
i) Dívida Contratual Interna	147,0	223,3	207,0	287,1	224,0	184,2	217,7	217,2	205,0	250,9	715,9	164,2	233,1
ii) Dívida Contratual Externa	701,6	129,8	341,6	486,4	2.486,6	465,9	808,8	453,6	597,8	401,9	2.773,3	772,5	692,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	722,3	467,3	1.333,0	2.684,5	2.263,6	1.597,4	2.019,6	2.416,2	3.755,7	1.559,4	3.031,7	3.032,6	883,5
II.2.4 - Custeio e Investimento	5.455,8	1.326,1	2.519,6	2.166,2	2.152,8	2.675,0	3.985,9	3.016,6	3.250,8	3.284,0	3.912,1	3.447,9	6.424,8
II.2.5 - Operações Oficiais de Crédito	147,1	105,0	158,9	273,8	198,8	208,7	132,1	193,7	493,8	266,0	194,5	203,0	536,6
II.2.6 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>2.448,5</b>	<b>(76,7)</b>	<b>662,4</b>	<b>2.445,2</b>	<b>72,4</b>	<b>(223,3)</b>	<b>(1.362,3)</b>	<b>(1.713,0)</b>	<b>(1.590,5)</b>	<b>385,5</b>	<b>(3.532,6)</b>	<b>516,7</b>	<b>(445,0)</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>18.532,5</b>	<b>26.097,4</b>	<b>31.181,1</b>	<b>45.022,3</b>	<b>28.626,7</b>	<b>16.439,7</b>	<b>15.811,7</b>	<b>22.163,8</b>	<b>30.527,6</b>	<b>14.141,3</b>	<b>20.692,9</b>	<b>19.875,1</b>	<b>12.911,1</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	17.767,5	23.890,0	29.469,9	41.571,0	25.578,7	16.087,6	14.097,9	17.586,4	23.875,6	12.370,3	17.294,1	12.213,4	9.669,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	765,0	2.207,3	1.711,3	3.451,3	3.048,0	352,1	1.713,9	4.577,5	6.652,0	1.771,0	3.398,7	7.661,7	3.241,7
<b>V. DESPESAS</b>	<b>30.029,3</b>	<b>21.457,8</b>	<b>27.405,0</b>	<b>36.374,7</b>	<b>26.252,5</b>	<b>22.969,0</b>	<b>17.602,6</b>	<b>19.567,4</b>	<b>33.758,3</b>	<b>17.231,4</b>	<b>25.669,2</b>	<b>28.745,1</b>	<b>6.217,3</b>
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	27.235,5	21.104,9	26.631,1	34.349,8	25.706,6	22.328,4	14.788,4	18.433,6	33.175,8	16.492,4	23.461,6	28.037,7	3.268,2
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	2.564,7	353,0	773,9	2.024,9	545,9	640,6	2.814,2	1.133,9	582,5	738,9	2.207,5	707,4	2.949,1
V.2.1 - Dívida Interna	114,6	296,0	396,4	514,5	279,8	478,9	326,6	347,6	310,7	460,7	1.716,7	417,3	341,1
V.2.2 - Dívida Externa	2.450,1	57,0	377,5	1.510,4	266,1	161,7	2.487,6	786,3	271,8	278,3	490,9	290,1	2.608,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	229,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>(9.468,0)</b>	<b>2.785,1</b>	<b>2.838,8</b>	<b>7.221,2</b>	<b>(127,9)</b>	<b>(6.240,8)</b>	<b>(690,6)</b>	<b>(847,2)</b>	<b>(9.300,2)</b>	<b>(4.122,1)</b>	<b>(6.167,5)</b>	<b>(15.824,3)</b>	<b>6.401,2</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>(37.372,5)</b>	<b>(3.613,4)</b>	<b>(11.138,2)</b>	<b>787,6</b>	<b>(3.929,0)</b>	<b>11.821,8</b>	<b>7.949,5</b>	<b>13.968,7</b>	<b>3.561,8</b>	<b>1.315,5</b>	<b>(4.582,6)</b>	<b>2.417,2</b>	<b>6.516,4</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>(46.420,8)</b>	<b>949,4</b>	<b>(6.699,7)</b>	<b>11.880,4</b>	<b>(1.482,4)</b>	<b>5.069,2</b>	<b>4.796,4</b>	<b>14.852,1</b>	<b>(1.259,4)</b>	<b>(1.389,2)</b>	<b>(13.091,4)</b>	<b>(5.936,1)</b>	<b>12.765,2</b>



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Dez/1999	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2000
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>3.460,2</b>	<b>1.183,2</b>	<b>2.670,8</b>	<b>4.206,9</b>	<b>6.563,8</b>	<b>25.117,0</b>	<b>12.869,5</b>	<b>18.329,1</b>	<b>8.066,8</b>	<b>4.454,1</b>	<b>1.222,6</b>	<b>6.851,1</b>	<b>10.198,7</b>
I.1. Emissão de Títulos	1.781,6	-	1.683,1	3.329,3	5.498,2	24.383,0	12.102,6	17.393,5	7.070,3	3.065,7	-	5.807,5	9.099,6
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.614,4	1.138,6	947,8	855,3	990,6	660,0	686,2	868,5	934,6	1.315,6	1.156,7	990,1	1.076,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	64,3	44,6	39,8	22,2	75,0	73,9	80,7	67,1	62,0	72,9	65,9	53,5	22,7
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>40.832,7</b>	<b>4.800,6</b>	<b>13.809,0</b>	<b>3.419,3</b>	<b>10.492,7</b>	<b>13.295,2</b>	<b>4.920,0</b>	<b>4.360,4</b>	<b>4.505,1</b>	<b>3.138,7</b>	<b>5.805,2</b>	<b>4.433,9</b>	<b>3.682,3</b>
II.1. Resgate de Títulos	37.618,4	4.732,3	13.176,7	3.281,2	9.344,2	12.896,5	4.757,1	4.151,6	4.266,3	2.959,6	5.384,6	4.053,4	3.346,6
II.2. Encargos da DPMF	3.214,3	68,3	632,3	138,1	1.148,5	398,7	162,9	208,9	238,7	179,1	420,6	380,5	335,7
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>(37.372,5)</b>	<b>(3.617,4)</b>	<b>(11.138,2)</b>	<b>787,6</b>	<b>(3.929,0)</b>	<b>11.821,8</b>	<b>7.949,5</b>	<b>13.968,7</b>	<b>3.561,8</b>	<b>1.315,5</b>	<b>(4.582,6)</b>	<b>2.417,2</b>	<b>6.516,4</b>



TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Dez/1999	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2000
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	10,1	13,7	12,0	11,0	11,6	9,9	10,6	8,0	6,5	5,5	8,4	11,7	14,4
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	8,5	-	6,4	-	-	-	-	-	6,5	-	-	-	-
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	3,9	(12,2)	(40,5)	3,5	12,6	39,4	4,6	42,2	245,8	63,8	53,5	37,1	15,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,5	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	(32,7)	(14,9)	(40,9)	4,4	12,3	39,2	4,3	41,3	235,6	59,1	31,2	13,6	(6,2)
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	36,1	2,2	-	(1,2)	-	-	-	0,7	10,0	4,4	22,1	23,3	21,5
<b>IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF</b>	24,0	19,9	54,2	17,9	19,5	19,0	21,3	40,4	59,2	19,7	15,6	18,5	19,4
<b>V. EQUALIZAÇÃO PROEX</b>	44,6	1,3	16,2	151,0	47,6	50,1	26,6	60,2	18,6	125,2	34,7	55,9	268,5
<b>VI. TOTAL</b>	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	112,1	123,2	317,8

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (\*)**

R\$ milhões

	Dez/1999	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2000
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>95.867,4</b>	<b>103.405,6</b>	<b>99.625,4</b>	<b>106.171,3</b>	<b>110.799,5</b>	<b>104.762,5</b>	<b>106.491,1</b>	<b>105.926,7</b>	<b>100.978,1</b>	<b>102.723,2</b>	<b>99.908,4</b>	<b>93.634,2</b>	<b>95.923,6</b>
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	346.778,7	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8
Dívida Bancária	39.502,6	39.613,1	39.748,2	39.745,7	39.768,7	39.851,4	39.887,2	39.964,4	40.065,0	40.205,1	40.227,1	40.317,3	40.343,3
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	21.895,6	25.059,2	25.196,9	24.372,5	23.538,1	23.391,7	23.472,1	23.923,0	21.391,3	21.134,8	18.901,9	18.755,8	18.739,6
CVS	7.747,4	7.792,3	7.930,7	7.746,6	8.075,1	8.213,4	8.260,5	8.261,4	6.641,2	6.680,3	6.752,7	6.733,3	6.733,7
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.154,0	3.118,2	3.106,3	3.101,4	3.065,4	3.096,0	2.766,6	2.767,9	2.732,0	2.702,8	2.638,3	2.610,2	2.550,9
Certificados de Privatização	40,5	40,6	40,7	40,8	40,9	40,9	40,6	38,8	38,9	38,9	38,9	39,0	39,0
INSS	-10.030,6	-9.575,4	-9.673,2	-9.691,5	-9.709,0	-9.721,6	-9.799,6	-9.890,4	-9.983,7	-10.124,4	-10.194,2	-10.231,9	-10.244,6
Lei 7.976/89	-10.942,2	-10.618,2	-10.198,9	-10.076,0	-10.239,9	-10.334,9	-10.006,2	-9.772,4	-9.896,7	-9.964,5	-10.227,5	-10.324,1	-10.058,1
Bônus Renegociação	-16.210,9	-16.014,9	-15.929,1	-15.491,5	-15.564,2	-16.009,3	-16.295,6	-17.414,0	-17.922,9	-18.179,5	-18.231,6	-18.726,5	-18.667,6
Lei 8.727/93	-43.351,1	-43.499,4	-43.664,5	-43.675,6	-43.714,7	-43.814,1	-43.866,5	-43.968,5	-44.098,9	-44.283,3	-44.330,5	-44.441,0	-44.482,5
Lei 9.496/97	-121.833,3	-122.418,0	-124.706,4	-125.487,0	-125.883,4	-127.930,2	-129.701,0	-128.906,8	-132.694,3	-135.812,2	-135.339,5	-136.013,8	-136.730,7
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-3.851,8	-4.233,0	-4.796,7	-4.805,7	-4.822,0	-16.115,5	-16.804,4	-17.048,1	-17.442,2	-17.825,2	-17.915,9	-17.999,7	-18.099,6
Recebíveis das Estatais	-21.072,1	-21.283,9	-27.365,8	-27.102,6	-27.477,1	-26.282,6	-26.247,3	-26.210,4	-21.603,3	-22.222,8	-22.648,7	-22.885,6	-18.872,3
Outros	-20.833,6	-21.030,5	-21.248,9	-21.232,4	-20.830,6	-24.070,3	-23.868,4	-23.786,0	-24.269,1	-24.141,9	-23.877,1	-23.855,6	-23.533,2
Fat	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7
Demais Entidades	-18.573,2	-18.899,3	-18.840,0	-18.806,7	-18.924,7	-19.519,0	-20.197,4	-20.466,6	-20.825,6	-21.148,6	-21.576,8	-22.265,7	-22.562,7
Créditos das Operações Oficiais	-9.239,8	-9.172,9	-9.058,1	-9.021,8	-9.180,7	-9.357,2	-9.449,5	-9.415,4	-9.972,6	-10.242,4	-10.534,8	-9.869,7	-10.005,1
Arrecadação a Recolher	-1.826,0	-3.106,0	-3.155,0	-3.345,0	-3.606,0	-2.729,0	-2.297,0	-3.584,0	-2.624,0	-2.438,0	-3.707,0	-2.768,0	-4.486,5
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>116.769,1</b>	<b>117.485,0</b>	<b>115.822,3</b>	<b>116.724,6</b>	<b>125.427,8</b>	<b>126.988,9</b>	<b>124.339,1</b>	<b>124.694,2</b>	<b>127.380,5</b>	<b>128.306,1</b>	<b>133.193,0</b>	<b>135.948,3</b>	<b>137.180,9</b>
Dívida Mobiliária	89.184,6	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3
Títulos Depositados em Garantias	-4.495,7	-4.535,8	-4.694,6	-4.837,1	-4.515,6	-4.506,1	-4.504,1	-4.542,8	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9
Dívida Contratual	32.903,6	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7
Disponibilidades	-823,3	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>212.636,5</b>	<b>220.890,6</b>	<b>215.447,6</b>	<b>222.895,9</b>	<b>236.227,3</b>	<b>231.751,4</b>	<b>230.830,1</b>	<b>230.620,9</b>	<b>228.358,6</b>	<b>231.029,3</b>	<b>233.101,4</b>	<b>229.582,5</b>	<b>233.104,5</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>22,1%</b>	<b>22,7%</b>	<b>21,8%</b>	<b>22,4%</b>	<b>23,5%</b>	<b>22,8%</b>	<b>22,4%</b>	<b>22,1%</b>	<b>21,7%</b>	<b>21,8%</b>	<b>21,9%</b>	<b>21,5%</b>	<b>21,8%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Dez/1999	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2000
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>89.184,6</b>	<b>89.551,4</b>	<b>89.075,7</b>	<b>89.622,9</b>	<b>96.043,5</b>	<b>97.257,6</b>	<b>94.501,7</b>	<b>95.198,3</b>	<b>97.331,3</b>	<b>97.784,9</b>	<b>101.421,9</b>	<b>103.813,1</b>	<b>105.519,3</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>60.665,6</b>	<b>59.371,9</b>	<b>58.255,1</b>	<b>56.380,1</b>	<b>61.040,7</b>	<b>61.682,3</b>	<b>59.296,8</b>	<b>57.728,5</b>	<b>49.463,2</b>	<b>49.732,6</b>	<b>50.797,5</b>	<b>51.888,0</b>	<b>51.776,8</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.503,0	1.505,9	1.477,5	1.407,7	1.455,5	1.455,1	1.434,0	1.348,8	1.246,4	981,9	1.016,7	788,9	787,2
Interest Due and Unpaid (IDU)	4.434,6	2.978,6	2.922,5	2.887,5	2.985,7	3.018,5	1.487,3	1.466,5	1.506,6	1.523,4	1.577,4	1.619,2	1.615,7
Par Bond (PB)	6.922,2	6.974,1	6.842,9	6.365,8	6.544,4	6.602,2	6.506,1	6.415,0	5.427,3	5.487,7	5.682,1	5.832,7	5.820,2
Discount Bond (DB)	7.061,5	7.114,4	6.980,6	6.556,2	6.779,1	6.853,7	6.753,9	6.659,4	6.247,7	6.317,3	6.541,1	6.714,4	6.700,0
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.108,2	3.132,0	3.073,1	2.887,8	2.985,9	3.018,8	2.974,9	2.787,7	1.163,4	1.176,3	1.218,0	1.250,3	1.247,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	11.903,1	11.741,2	11.520,4	11.625,6	14.802,6	14.965,6	14.747,7	14.541,2	12.859,2	13.002,3	13.110,2	13.457,7	13.428,9
Debt Conversion Bond (DCB)	14.352,7	14.460,2	14.188,2	13.960,5	14.435,1	14.594,1	14.381,6	14.180,2	11.631,8	11.758,3	12.174,8	12.496,3	12.469,5
New Money Bond (NMB)	4.005,7	4.035,7	3.959,8	3.912,3	4.045,3	4.089,9	4.030,3	3.776,5	3.271,7	3.308,1	3.425,2	3.516,0	3.508,5
Eligible Interest (EI)	7.374,6	7.429,8	7.290,1	6.776,7	7.007,1	7.084,2	6.981,1	6.553,2	6.109,1	6.177,1	6.052,0	6.212,4	6.199,1
<b>I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>28.519,0</b>	<b>30.179,6</b>	<b>30.820,7</b>	<b>33.242,8</b>	<b>35.002,8</b>	<b>35.575,3</b>	<b>35.204,9</b>	<b>37.469,8</b>	<b>47.868,2</b>	<b>48.052,3</b>	<b>50.624,3</b>	<b>51.925,1</b>	<b>53.742,5</b>
Bônus Samurai	522,7	502,4	480,5	509,8	500,3	507,7	508,7	485,7	511,9	510,6	524,1	531,3	511,5
Bônus Global	1.341,8	1.351,8	1.326,4	1.310,5	1.355,0	1.370,0	1.350,0	1.331,1	1.367,6	1.382,8	1.431,8	1.469,7	1.466,6
Bônus Marco Alemão 2007	922,0	894,1	872,0	868,6	898,1	908,0	894,8	882,2	906,4	916,5	948,9	873,9	939,7
Bônus Parallel Franco	274,9	266,6	260,0	254,6	251,1	261,0	261,5	250,6	246,8	248,2	246,9	260,6	280,2
Bônus Parallel Florim	327,3	317,4	309,6	303,1	299,0	310,8	311,4	298,4	293,9	295,5	294,0	310,3	333,6
Bônus Parallel Xelim	262,1	254,2	247,9	246,5	254,9	257,7	253,9	250,4	257,2	260,1	269,3	248,4	267,1
Bônus Global 2027	6.261,5	6.308,4	6.189,8	6.115,6	6.323,5	6.393,1	6.300,0	6.211,8	6.381,9	6.453,0	6.681,5	6.858,6	6.843,9
Bônus EuroIra	698,5	677,4	660,5	658,0	680,4	687,9	677,8	668,3	686,6	694,3	718,9	662,0	711,9
Bônus Eurosterling 2007	434,0	437,3	419,3	418,1	421,3	412,0	410,2	399,6	396,5	408,7	415,4	419,6	438,7
Bônus Euro 2003	903,4	876,1	854,5	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9
Bônus Global 2008	691,5	670,6	654,0	651,4	673,6	681,0	671,1	661,7	679,8	687,4	711,7	655,5	704,8
Bônus Marco Alemão 2008	2.236,3	2.253,0	2.210,6	2.184,1	2.258,4	2.283,3	2.250,0	2.218,5	2.279,3	2.304,6	2.386,3	2.449,5	2.444,3
Bônus Global 2004	5.367,0	5.407,2	5.305,5	5.241,9	5.420,1	5.479,8	5.400,0	5.324,4	5.470,2	5.531,1	5.727,0	5.878,8	5.866,2
Bônus Euro 2002	1.445,5	1.401,8	1.367,1	1.338,8	1.320,7	1.372,5	1.375,2	1.317,7	1.297,6	1.305,3	1.298,6	1.370,4	1.473,4
Bônus Euro 2004	903,4	876,1	854,4	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9
Bônus Global 2009	3.578,0	3.604,8	3.537,0	3.494,6	3.613,4	3.653,2	3.600,0	3.549,6	3.646,8	3.687,4	3.818,0	3.919,2	3.910,8
Bônus Euro 2006	1.264,8	1.226,6	1.196,2	1.171,5	1.155,6	1.201,0	1.203,3	1.153,0	1.424,2	1.142,1	1.136,3	1.199,1	1.289,2
Bônus Euro 2001	1.084,1	1.051,4	1.025,3	1.004,1	990,5	1.029,4	1.031,4	988,3	973,4	978,9	974,0	1.027,8	1.105,0
Bônus Global 2020	-	1.802,4	1.768,5	1.747,3	1.806,7	1.826,6	1.800,0	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4
Bônus Euro 2010	-	-	1.281,7	1.255,1	1.238,2	1.286,8	1.289,2	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3
Bônus Global 2030	-	-	-	2.795,7	2.890,7	2.922,6	2.880,0	2.839,7	2.917,4	2.949,9	3.054,4	3.135,4	3.128,6
Bônus Samurai 2003	-	-	-	-	1.000,5	1.015,5	1.017,5	971,5	1.023,9	1.021,1	1.048,3	1.062,6	1.023,0
Bônus Euro 2005	-	-	-	-	-	-	-	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3
Bônus Global 2007	-	-	-	-	-	-	-	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4
Bônus Global 2040	-	-	-	-	-	-	-	-	9.403,8	9.508,5	9.845,3	10.106,3	10.084,6
Bônus Euro 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.217,5	1.284,7	1.381,3
Samurai 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.023,0
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>(4.495,7)</b>	<b>(4.535,8)</b>	<b>(4.694,6)</b>	<b>(4.837,1)</b>	<b>(4.515,6)</b>	<b>(4.506,1)</b>	<b>(4.504,1)</b>	<b>(4.542,8)</b>	<b>(4.816,4)</b>	<b>(4.707,2)</b>	<b>(4.368,6)</b>	<b>(4.589,5)</b>	<b>(4.674,9)</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>32.903,6</b>	<b>33.277,2</b>	<b>32.227,1</b>	<b>32.751,3</b>	<b>34.724,2</b>	<b>35.073,3</b>	<b>35.290,8</b>	<b>34.990,8</b>	<b>35.841,9</b>	<b>36.092,9</b>	<b>37.028,8</b>	<b>37.711,1</b>	<b>37.274,7</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>(823,3)</b>	<b>(807,9)</b>	<b>(785,9)</b>	<b>(812,5)</b>	<b>(824,3)</b>	<b>(835,8)</b>	<b>(949,3)</b>	<b>(952,1)</b>	<b>(976,3)</b>	<b>(864,5)</b>	<b>(889,0)</b>	<b>(986,3)</b>	<b>(938,2)</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>116.769,1</b>	<b>117.485,0</b>	<b>115.822,3</b>	<b>116.724,6</b>	<b>125.427,8</b>	<b>126.988,9</b>	<b>124.339,1</b>	<b>124.694,2</b>	<b>127.380,5</b>	<b>128.306,1</b>	<b>133.193,0</b>	<b>135.948,3</b>	<b>137.180,9</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>12,2%</b>	<b>12,1%</b>	<b>11,7%</b>	<b>11,7%</b>	<b>12,5%</b>	<b>12,5%</b>	<b>12,1%</b>	<b>12,0%</b>	<b>12,1%</b>	<b>12,1%</b>	<b>12,5%</b>	<b>12,7%</b>	<b>12,8%</b>

Obs: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Dez/1999	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2000
<b>DIVIDA MOBILIARIA TOTAL</b>	<b>452.408,4</b>	<b>456.893,7</b>	<b>462.382,3</b>	<b>474.563,8</b>	<b>477.764,8</b>	<b>480.548,7</b>	<b>492.767,4</b>	<b>509.864,8</b>	<b>516.609,4</b>	<b>523.275,0</b>	<b>525.036,8</b>	<b>521.192,5</b>	<b>528.502,9</b>
<b>I. Dívida com Mercado</b>	<b>346.778,7</b>	<b>354.562,3</b>	<b>359.688,8</b>	<b>367.119,8</b>	<b>373.303,2</b>	<b>385.053,5</b>	<b>390.144,3</b>	<b>392.328,1</b>	<b>392.672,8</b>	<b>399.816,7</b>	<b>402.309,9</b>	<b>397.808,4</b>	<b>398.862,8</b>
LTN	39.716,6	42.790,2	47.244,2	56.743,3	64.721,0	61.290,2	65.432,2	68.607,6	72.461,4	77.352,9	79.522,0	74.508,5	75.438,0
LFT	151.128,1	161.715,9	175.934,2	189.781,6	186.330,2	194.760,1	206.642,7	206.883,1	199.262,0	202.021,7	201.706,1	202.450,3	204.850,2
LFT-A	17.485,9	17.641,6	17.775,1	17.934,2	18.065,9	18.295,2	18.506,7	18.821,6	18.978,7	19.101,7	19.237,3	19.360,0	19.478,4
LFT-B	27.213,9	27.314,0	27.658,7	26.030,5	25.842,0	36.981,7	35.967,3	35.073,4	36.014,6	36.229,3	36.401,4	36.470,4	36.530,1
LFT-E	1.272,1	1.290,6	1.309,4	1.328,3	1.345,5	1.365,6	1.384,7	1.349,7	1.368,7	1.039,9	1.053,3	1.030,5	914,1
NTN-A	7.379,4	7.478,0	7.370,0	7.315,2	7.390,7	7.525,4	7.451,3	7.382,9	7.622,6	7.975,3	8.397,9	8.884,1	8.874,0
NTN-C	830,6	850,5	1.720,4	2.603,2	4.301,3	4.406,6	4.335,6	4.641,1	5.343,6	5.913,5	6.454,0	6.805,3	7.022,5
NTN-D	27.346,1	27.706,4	27.027,4	25.790,4	25.398,6	24.966,6	23.811,2	22.743,1	22.170,3	20.486,9	19.733,8	18.058,1	15.000,5
NTN-I	1.292,8	1.264,3	1.230,0	1.246,5	1.362,8	1.288,9	1.302,3	1.331,1	1.321,9	1.292,9	1.449,5	1.528,3	1.782,7
NTN-P	10.351,0	10.425,6	10.501,7	10.576,6	10.643,4	10.720,8	10.690,1	10.760,3	10.834,6	10.927,2	10.999,0	11.042,5	11.109,3
NTN-S	48.160,2	41.407,2	28.694,4	14.610,9	14.821,1	8.847,4	-	-	-	-	-	-	-
CFT-D	2.276,1	2.304,5	730,0	760,5	768,6	2.088,1	2.024,5	1.961,0	1.948,5	1.960,6	1.967,4	1.963,5	1.948,0
Demais	12.326,0	12.373,6	12.493,2	12.398,7	12.312,0	12.516,6	12.595,7	12.773,4	15.346,0	15.514,8	15.388,1	15.706,9	15.915,0
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>53.875,5</b>	<b>50.149,3</b>	<b>57.082,9</b>	<b>61.460,0</b>	<b>57.956,0</b>	<b>95.495,3</b>	<b>102.623,1</b>	<b>117.536,7</b>	<b>123.936,6</b>	<b>123.458,3</b>	<b>122.726,9</b>	<b>123.384,0</b>	<b>129.640,1</b>
LTN	9.565,2	5.661,8	5.448,1	4.514,2	3.075,3	27.859,9	27.400,9	34.293,2	39.910,4	39.043,9	37.594,7	34.414,4	37.245,7
LFT	35.262,1	35.353,5	35.438,3	41.035,9	38.698,2	9.601,5	16.902,2	24.053,6	24.348,5	24.332,9	24.620,2	28.081,3	31.186,1
LFT-A	7.303,4	7.366,2	14.455,1	14.573,2	14.449,3	56.269,8	56.689,1	57.060,9	57.490,4	57.814,5	58.176,5	58.497,6	58.804,7
NTN-A	1.740,9	1.763,9	1.737,4	1.332,7	1.729,3	1.760,1	1.626,8	1.528,3	1.584,3	1.663,0	1.730,4	1.784,9	1.797,1
Demais	3,9	3,9	3,9	3,9	4,0	4,0	4,0	600,6	603,0	603,9	605,2	605,9	606,5
<b>III. Títulos em Tesouraria</b>	<b>51.754,2</b>	<b>52.182,1</b>	<b>45.610,6</b>	<b>45.984,0</b>	<b>46.505,6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Dívida Mercado/PIB</b>	<b>36,1%</b>	<b>36,4%</b>	<b>36,4%</b>	<b>36,9%</b>	<b>37,2%</b>	<b>37,9%</b>	<b>37,9%</b>	<b>37,7%</b>	<b>37,3%</b>	<b>37,8%</b>	<b>37,8%</b>	<b>37,3%</b>	<b>37,3%</b>

Obs: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Dez/1999	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2000
<b>I. INTERNA</b>	<b>-64.059,9</b>	<b>-65.827,9</b>	<b>-66.289,6</b>	<b>-66.026,3</b>	<b>-65.964,2</b>	<b>-68.519,7</b>	<b>-69.744,9</b>	<b>-71.360,8</b>	<b>-72.055,3</b>	<b>-72.621,2</b>	<b>-73.953,7</b>	<b>-75.513,9</b>	<b>-76.165,4</b>
Dívida contratual	343,8	347,4	630,6	626,5	615,3	625,2	627,9	622,2	622,2	628,4	638,7	638,4	714,0
FAT	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7
Aplicações financeiras	-1.808,6	-1.902,9	-1.996,7	-2.034,2	-2.271,0	-2.322,5	-2.603,7	-2.693,2	-2.781,0	-2.750,6	-2.858,9	-2.383,0	-2.388,7
Fundos Regionais	-10.982,1	-11.257,0	-11.474,6	-11.499,6	-11.524,0	-12.069,6	-12.245,6	-12.397,4	-12.623,3	-12.828,6	-13.040,8	-13.246,6	-13.483,7
Demais	-6.126,4	-6.086,8	-5.999,2	-5.899,4	-5.745,1	-5.752,1	-5.976,0	-5.998,2	-6.043,6	-6.197,8	-6.315,8	-7.274,4	-7.404,2
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-823,3</b>	<b>-807,9</b>	<b>-785,9</b>	<b>-812,5</b>	<b>-824,3</b>	<b>-835,8</b>	<b>-949,3</b>	<b>-952,1</b>	<b>-976,3</b>	<b>-864,5</b>	<b>-889,0</b>	<b>-986,3</b>	<b>-938,2</b>
Disponibilidades	-823,3	-807,9	-785,9	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-64.883,2</b>	<b>-66.635,8</b>	<b>-67.075,5</b>	<b>-66.838,8</b>	<b>-66.788,5</b>	<b>-69.355,5</b>	<b>-70.694,1</b>	<b>-72.312,9</b>	<b>-73.031,6</b>	<b>-73.485,7</b>	<b>-74.842,7</b>	<b>-76.500,3</b>	<b>-77.103,7</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-6,8%</b>	<b>-6,8%</b>	<b>-6,8%</b>	<b>-6,7%</b>	<b>-6,7%</b>	<b>-6,8%</b>	<b>-6,9%</b>	<b>-6,9%</b>	<b>-6,9%</b>	<b>-6,9%</b>	<b>-7,0%</b>	<b>-7,2%</b>	<b>-7,2%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A9**  
**PAGAMENTOS DA DÍVIDA EXTERNA DA UNIÃO<sup>1</sup>**  
**BRASIL, 1999/2000**

US\$ milhões

Período	Realizado em 1999			Realizado em 2000 <sup>2</sup>		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Jan	36,4	27,8	64,2	46,0	73,0	119,0
Fev	168,5	71,1	239,6	210,6	143,0	353,6
Mar	674,2	244,6	918,8	861,3	264,4	1.125,7
Abr	144,0	1.277,5	1.421,4	140,2	1.399,1	1.539,3
Mai	175,0	296,9	471,9	88,5	283,6	372,1
Jun	1.443,0	449,0	1.891,9	1.374,0	452,4	1.826,4
Jul	33,4	59,8	93,2	457,2	258,7	715,9
Ago	170,6	64,4	235,0	147,7	237,3	385,0
Set	465,9	136,4	602,3	148,4	187,0	335,4
Out	149,5	1.181,7	1.331,2	256,5	1.430,3	1.686,8
Nov	91,9	285,1	377,0	97,3	360,3	457,6
Dez	1.369,6	392,2	1.761,7	2.724,5	816,5	3.541,0
<b>Total</b>	<b>4.921,9</b>	<b>4.486,3</b>	<b>9.408,2</b>	<b>6.552,2</b>	<b>5.905,7</b>	<b>12.457,9</b>

(1) Pagamento pelo critério de desembolso do Tesouro Nacional à rede bancária. Portanto, não se concilia com os dados da balança de pagamentos.

(2) Valores pagos, convertidos pelo câmbio do final de período.

## COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em dezembro, foram 12,8% maiores que os valores distribuídos no mês de novembro/2000.

Em relação ao mesmo mês de 1999, o FPM e o FPE apresentaram, respectivamente, crescimento nominal de 20,5% e 42,9%.

Os valores distribuídos nos meses de janeiro a dezembro/2000 foram, em termos nominais, 10,0% maiores para o FPM e 18,5% maiores para o FPE, comparando-se com o montante transferido no mesmo período de 1999.

Contribuiu para isso, basicamente, o incremento da ordem de 13,0% na arrecadação do IPI, em relação a 1999, com destaque para o IPI - veículos (10%), por conta do aquecimento nas vendas de automóveis no mercado interno

Em dezembro, as transferências por conta do IPI apresentaram acréscimo de 1,0% se comparados aos valores transferidos no mês de novembro. Relativamente a dezembro/99, observou-se um aumento nominal de 6,6%. Os valores repassados de janeiro a dezembro de 2000, em relação ao mesmo período de 1999, apresentaram um crescimento nominal de 10,3%.

## DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	DEZ	NOV	JAN A DEZ	DEZ/00 NOV/00	DEZ/00 DEZ/99	JAN - DEZ/00 JAN - DEZ/99
1999	1.238,7	1.124,9	13.706,8	-	-	-
2000	1.493,4	1.323,3	15.078,1	+ 12,8%	+20,5%	+10,0 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	DEZ	NOV	JAN A DEZ	DEZ/00 NOV/00	DEZ/00 DEZ/99	JAN - DEZ/00 JAN - DEZ/99
1999	996,9	1.095,7	12.094,7	-	-	-
2000	1.424,9	1.262,6	14.332,3	+ 12,8%	+42,9 %	+18,5 %

(\*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

## PREVISTO X REALIZADO

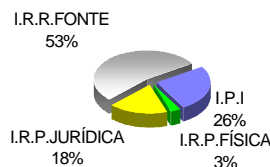
De acordo com a Portaria STN 511/99, de 20.12.99 (DOU de 22.12.99) os créditos no mês de **dezembro** foram efetuados nas seguintes datas: **08/12, 20/12 e 28/12**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
DEZ	7,0 %	+ 12,9 %	+ 7,0 %	+ 12,9 %	+ 7,5 %	+ 1,0 %

## COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em dezembro os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

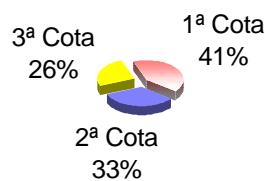
### BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



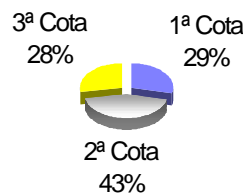
## DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

### FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



### IPI-EXP



## DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de novembro a 20 de dezembro, conforme demonstrativo abaixo: R\$

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Nov.	497,5	2.210,2	2.707,7						
<b>DEZ/2000</b>				<b>DEZ/2000</b>	6.795,2	1.211,1	1.267,5	146,3	463,2
1º Dec./Dez.	744,4	1.481,8	2.226,2	3º Dec./Novt.	2.875,3	494,8	517,8	42,3	186,2
2º Dec./Dez.	476,3	1.217,40	1.693,7	1º Dec./Dez.	2.226,2	406,8	425,8	63,4	158,1
3º Dec./Dez.	602,7	3.018,70	3.621,4	2º Dec./Dez.	1.693,7	309,5	323,9	40,6	118,9

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), Lucianópolis e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

### DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	6.962,34	41.434,86	3,59	8.594,08
AL	30.087,40	50.386,77	122,06	14.708,66
AM	16.851,38	33.797,08	1.801,78	9.494,78
AP	4.541,88	41.325,85	38,44	8.328,33
BA	114.928,72	113.805,96	8.105,21	55.487,53
CE	64.481,35	88.863,90	1.394,43	28.251,05
DF	3.077,00	8.359,64	4,14	2.488,29
ES	22.841,35	18.167,87	6.562,23	9.277,34
GO	47.142,87	34.435,38	911,59	15.330,62
MA	51.182,35	87.426,21	2.124,29	39.719,85
MG	165.116,86	53.952,52	23.013,94	45.610,69
MS	19.283,62	16.133,07	566,14	6.805,02
MT	24.549,28	27.953,09	1.111,87	9.882,98
PA	45.994,58	74.028,02	7.522,55	29.663,67
PB	40.922,92	58.002,74	348,73	17.685,64
PE (3)	65.441,95	83.574,63	1.045,53	25.682,03
PI	31.402,49	52.340,42	173,85	17.130,35
PR	86.335,72	34.921,07	14.128,15	26.027,82
RJ	38.399,87	18.503,37	8.159,22	14.880,98
RN	31.391,75	50.602,36	263,38	14.725,92
RO	11.439,84	34.102,30	130,46	8.204,41
RR	6.034,61	30.046,02	6,35	6.390,45
RS	85.947,58	28.521,13	24.902,99	27.142,48
SC	49.485,77	15.500,83	14.457,73	14.896,66
SE	18.285,29	50.328,63	117,00	12.274,14
SP(4)	167.971,99	12.111,91	29.260,68	44.363,48
TO	19.290,22	52.565,71	27,07	12.730,86
<b>TOTAL</b>	<b>1.269.390,98</b>	<b>1.211.191,36</b>	<b>146.303,41</b>	<b>525.778,13</b>

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril /2000 Lucianópolis e Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

### ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	JAN/DEZ	FEV/JAN	MAR/FEV
FPM	+ 16,0%	- 7,0%	+ 2,0%
FPE	+ 16,0%	- 7,0%	+ 2,0%
IPI-EXP	- 19,0%	+18,0 %	- 2,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

### DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Fev/2000	29/03/00	Jul/2000	30/08/00
Mar/2000	28/04/00	Ago/2000	27/09/00
Abr/2000	30/05/00	Set/2000	24/10/00
Mai/2000	23/06/00	Out/2000	23/11/00
Jun/2000	28/07/00	Nov/2000	23/12/00

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**  
Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126  
Email: stndirev@fazenda.gov.br



# FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Boletim - Ano III nº 12

**DEZEMBRO/2000**

Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

## COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de dezembro apresentaram um decréscimo de 0,8 % quando comparados aos do mês anterior.

Contribuiu para o ocorrido o repasse menor, nesse mês, dos recursos decorrentes da Lei Complementar 87/96.

Origens	Novembro	Partic.	Dezembro	Partic.	Dez/Nov
FPM	196.556,2	12,2%	221.815,9	13,8%	12,9%
FPE	189.391,4	11,7%	213.739,7	13,3%	12,9%
IPI-EXP	25.566,0	1,6%	25.818,2	1,6%	1,0%
LC 87/96	43.648,8	2,7%	29.099,3	1,8%	-33,3%
LC 102/00					
Compl. União	35.305,1	2,2%	35.305,1	2,2%	0,0%
ICMS	1.125.083,5	69,6%	1.077.507,7	67,2%	-4,2%
<b>Total</b>	<b>1.615.551,0</b>	<b>100%</b>	<b>1.603.285,8</b>	<b>100%</b>	<b>-0,8%</b>

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

## DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8623, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 410-9271
- por meio de E-mail: [fundef@sef.mec.gov.br](mailto:fundef@sef.mec.gov.br)
- por correspondência endereçada ao:

Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/  
MEC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco L Edifício Anexo 4º andar  
CEP 70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**  
Fone: (61) 412.3121/3122/3123/3124 Fax: (61) 412.3126  
Email: [stndirev@fazenda.gov.br](mailto:stndirev@fazenda.gov.br)

## PREVISÃO PARA O BIMESTRE

A expectativa de variação global do FUNDEF, por UF, para o próximo bimestre é a seguinte:

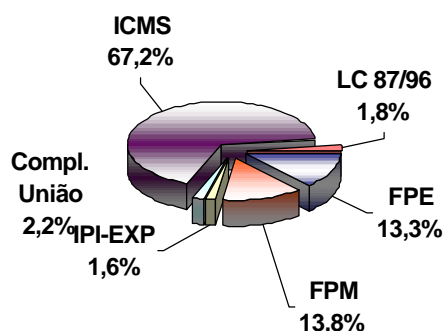
UF	UF	Jan/Dez	Fev/jan	UF	Jan/Dez
AC	8%	-15%	PB	5%	-2%
AL	12%	-1%	PR	30%	-21%
AP	9%	-13%	PE	8%	-10%
AM	13%	-26%	PI	-20%	12%
BA	-30%	20%	RJ	32%	-19%
CE	-25%	13%	RN	27%	-18%
DF	-87%	686%	RS	25%	-28%
ES	-15%	0%	RO	4%	-19%
GO	15%	-13%	RR	15%	-9%
MA	-62%	85%	SC	14%	-10%
MT	17%	-17%	SP	14%	-12%
MS	34%	-18%	SE	14%	-13%
MG	21%	-25%	TO	11%	-13%
PA	-38%	28%			

## EXECUÇÃO DO FUNDEF REALIZADO 2000/1999

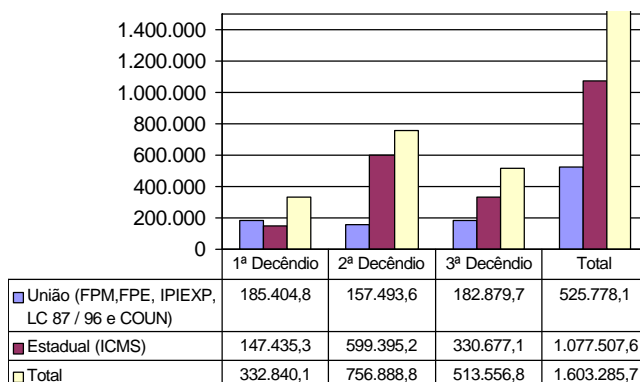
UF	Realizado (R\$mil) 1999	Realizado (R\$mil) 2000	% 2000/1999
AC	84.191,90	103.025,10	22,4%
AL	193.606,10	229.708,80	18,6%
AP	81.927,30	97.607,70	19,1%
AM	253.164,70	309.546,00	22,3%
BA	1.093.739,90	1.182.430,60	8,1%
CE	538.765,30	579.081,10	7,5%
DF (1)	18.521,60	23.630,40	27,6%
ES	296.310,90	338.419,70	14,2%
GO	399.591,50	481.915,70	20,6%
MA	488.802,90	521.166,20	6,6%
MT	264.849,50	317.282,30	19,8%
MS	201.646,00	223.936,90	11,1%
MG	1.425.527,50	1.655.436,10	16,1%
PA	490.307,20	523.622,80	6,8%
PB	254.996,60	285.614,80	12,0%
PR	802.975,90	944.842,90	17,7%
PE	490.619,10	552.009,80	12,5%
PI	214.611,00	245.529,40	14,4%
RJ	1.191.534,50	1.355.545,10	13,8%
RN	220.173,20	266.694,30	21,1%
RS	971.645,80	1.148.882,30	18,2%
RO	122.580,90	158.915,80	29,6%
RR	59.978,90	81.010,80	35,1%
SC	488.448,30	574.243,00	17,6%
SP	4.392.451,20	5.083.892,20	15,7%
SE	163.864,00	196.494,70	19,9%
TO	141.681,30	168.703,40	19,1%
<b>Total</b>	<b>15.346.513,00</b>	<b>17.649.187,90</b>	<b>15,0%</b>

## FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF



## FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO



## DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO — DEZEMBRO/2000 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.570	7.312,0	1.228,6	0,6	0,0	52,8	1.623,2	10.217,2	74,3	748,9
AL	643.567	8.891,8	5.309,5	21,5	0,0	485,8	6.962,1	21.670,7	33,7	356,9
AM	617.107	5.964,2	2.973,8	318,0	0,0	238,9	21.267,9	30.762,7	49,8	501,6
AP	120.297	7.292,8	801,5	6,8	0,0	227,2	191,9	8.520,2	70,8	811,4
BA	3.503.749	20.083,4	20.281,5	1.430,3	12.847,5	844,8	46.513,5	102.001,0	29,1	337,5
CE	1.660.368	15.681,9	11.379,1	246,1	0,0	944,1	26.426,7	54.677,8	32,9	348,8
DF(2)	343.445	1.475,2	543,0	0,7	0,0	469,3	0,0	2.488,3	7,2	68,8
ES	545.735	3.206,1	4.030,8	1.158,0	0,0	882,4	29.343,3	38.620,7	70,8	620,1
GO	1.056.956	6.076,8	8.319,3	160,9	0,0	773,6	28.042,2	43.372,8	41,0	455,9
MA	1.547.356	15.428,2	9.032,2	374,9	14.517,7	366,9	6.404,5	46.124,4	29,8	336,8
MG	3.577.550	9.521,0	29.138,2	4.061,3	0,0	2.890,2	106.150,9	151.761,6	42,4	462,7
MS	420.663	2.847,0	3.403,0	99,9	0,0	455,1	13.340,5	20.145,6	47,9	532,3
MT	567.411	4.932,9	4.332,2	196,2	0,0	421,6	19.615,4	29.498,4	52,0	559,2
PA	1.554.720	13.063,8	8.116,7	1.327,5	5.718,9	1.436,8	16.764,4	46.428,1	29,9	336,8
PB	816.403	10.235,8	7.221,7	61,5	0,0	166,6	7.210,5	24.896,2	30,5	349,8
PE	1.598.529	14.748,5	9.965,9	184,5	0,0	783,1	26.807,4	52.489,4	32,8	345,3
PI	720.541	9.236,5	5.541,6	30,7	2.221,0	100,5	6.670,2	23.800,5	33,0	340,8
PR	1.611.079	6.162,5	15.235,7	2.493,2	0,0	2.136,4	68.733,4	94.761,3	58,8	586,5
RJ	1.987.687	3.265,3	6.776,4	1.439,9	0,0	3.399,4	108.338,2	123.219,2	62,0	682,0
RN	591.812	8.929,8	5.539,7	46,5	0,0	209,9	11.063,9	25.789,8	43,6	450,6
RO	296.379	6.018,1	2.018,8	23,0	0,0	144,5	7.062,5	15.266,9	51,5	536,2
RR	78.211	5.302,2	1.064,9	1,1	0,0	22,2	1.655,4	8.045,8	102,9	1.035,8
RS	1.607.518	5.033,1	15.145,3	4.394,6	0,0	2.569,3	77.427,1	104.569,5	65,1	714,7
SC	905.771	2.735,4	8.732,8	2.551,4	0,0	877,1	35.506,6	50.403,3	55,6	634,0
SE	398.230	8.881,5	3.226,8	20,6	0,0	145,2	6.586,7	18.860,8	47,4	493,4
SP	5.589.263	2.137,4	29.052,6	5.163,6	0,0	8.009,9	393.931,6	438.295,1	78,4	909,6
TO	346.765	9.276,3	3.404,1	4,8	0,0	45,6	3.867,7	16.598,5	47,9	486,5
<b>Total</b>	<b>32.844.682</b>	<b>213.739,7</b>	<b>221.815,9</b>	<b>25.818,2</b>	<b>35.305,1</b>	<b>29.099,3</b>	<b>1.077.507,7</b>	<b>1.603.285,8</b>	<b>48,8</b>	<b>537,4</b>

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 13, de 05.01.2000 (DOU de 10.01.2000), retificada pela Portaria MEC nº 127, de 15.02.2000 (DOU de 16.02.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.